



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 62

TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1989

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 62ª SESSÃO, EM 22 DE MAIO DE 1989

##### 1.1 ABERTURA

##### 1.2 EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Projeto recebido da Câmara dos Deputados

— Projeto de Lei da Câmara nº 12/89 (nº 1.032/83, na Casa de origem), que altera a redação do art. 132 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

##### 1.2.2 — Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 14/89, ratificando a comunicação de rejeição do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7/89 (nº 1.201/88, na origem).

##### 1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 119/89, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que dispõe sobre a propaganda comercial de agrotóxicos, pesticidas e produtos congêneres.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Situação política, econômica e social do País.

**SENADOR JOSÉ FOGAÇA** — Política salarial aprovada pela Câmara dos Deputados.

**SENADOR MAURÍCIO CORRÊA** — Candidatura à Presidência da República do Sr. Fernando Collor de Mello.

**SENADOR RUY BACELAR** — Enchentes no Estado da Bahia.

##### 1.2.5 — Comunicações da Presidência

— Recebimento da Mensagem nº 104/89 (nº 213/89, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 99.000.000,00, para os fins que especifica.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.2.6 — Comunicação da Liderança do PMDB

— De substituições de membros em comissões permanentes.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1988 (nº 17/88, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre consultas tripartites para promover a aplicação das normas internacionais do trabalho, adotada em Genebra, em 1976, durante a Sexagésima Primeira Reunião da Conferência Internacional do Trabalho. *Discussão encerrada*, devendo a votação ser feita em sessão seguinte.

##### 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR ANTÔNIO LUIZ MAYER** — Início da construção da capital do Estado do Tocantins.

**SENADOR WILSON MARTINS** — Greves nas universidades do País.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Posse no Superior Tribunal de Justiça do Dr. Luiz Carlos Fontes de Alencar.

##### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Senador Roberto Campos, proferido na sessão de 4-5-89.

— Do Senador Mansueto de Lavor, proferido na sessão de 16-5-89.

#### 3 — ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nº 154/89

#### 4 — ATA DE COMISSÃO

#### 5 — MESA DIRETORA

#### 6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 7 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor Executivo

**CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso ..... NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

## Ata da 62ª Sessão, em 22 de maio de 1989

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mendes Canale, Pompeu de Sousa e Antônio Luiz Maya*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Ronaldo Aragão — Antônio Luiz Maya — Alexandre Costa — Chagas Rodrigues — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Humberto Lucena — Ney Maranhão — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bâcelar — Gerson Camata — João Calmon — Ronan Tito — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldaña Derzi — Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) —

A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

**EXPEDIENTE****Ofício**

**Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos do seguinte projeto:**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 12, DE 1989**

(Nº 1.032/83, na Casa de origem)

**Altera a redação do art. 132 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º o art. 132 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132. O Juiz, titular ou substituto, que iniciar a audiência, concluirá a instrução, julgando a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor. Ao recebê-los, o sucessor prosseguirá na audiência, mandando repetir, se entender necessário, as provas já produzidas."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 5.869,

DE 11 de JANEIRO DE 1973

**Institui o Código de Processo Civil já com as emendas da Lei nº 5.925, de 1º de outubro de 1973.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**LIVRO I****Do Processo de Conhecimento****TÍTULO VI**

**Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça**

**CAPÍTULO IV****Do Juiz****SEÇÃO I**

**Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz**

Art. 132. O Juiz, titular ou substituto, que iniciar a audiência, concluirá a instrução, julgando a lide, salvo se for transferido, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor. Ao recebê-los, o sucessor prosseguirá na audiência, mandando repetir, se entender necessário, as provas já produzidas

*(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados**

Nº 14/89, de 19 do corrente, em aditamento ao Ofício PS/GSE-012/89, ratificando a comunicação de rejeição do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1989 (nº 1.201/88, na origem), que "dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República", esclarecendo que foram aprovados os destaques de nºs 2 a 7, a seguir: § 2º do art. 9º; *caput* do art. 17 para substituir o art. 16 do projeto; art. 21 para substituir o art. 20 do projeto; § 3º do art. 22 para ser acrescentado ao art. 21 do projeto; art. 27 e seus parágrafos para incluir no texto do art. 26 do projeto; *caput* do art. 29 para substituir o *caput* do art. 28 do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) —

O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

# **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 1989**

**Dispõe sobre a propaganda comercial de agrotóxicos, pesticidas e produtos correlatos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda propaganda comercial de agrotóxicos e pesticidas, bem como de terapias e medicamentos destinados à atividade agropecuária rege-se-á por esta lei e por legislação específica desta decorrente.

Art. 2º É vedada a propaganda comercial, sob qualquer título ou natureza, de drogas, medicamentos e produtos destinados ao trato agropecuário através dos meios de comunicação de massa.

Parágrafo único. A propaganda dos produtos mencionados neste artigo somente poderá ser realizada quando dirigida aos profissionais da área, sejam agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários ou correlatos, em uma das seguintes modalidades:

I — realizada diretamente por pessoa credenciada pelo fornecedor;

II — em publicação técnico-científica de circulação dirigida e restrita;

III — através de mala direta aos profissionais acima mencionados;

IV — em painéis, faixas, luminosos e outros suportes e meios, em recintos fechados, onde se realizem convenções, congresso, amostras e outros eventos de interesse restrito a esses profissionais.

Art. 3º A propaganda que trata esta lei rege-se-á pelo princípio ético da verdade, quanto ao conteúdo e às propriedades do produto anunciado.

§ 1º Caracterizar-se-á como enganosa a publicidade que, por falta da verdade, omissão ou exagero, gerar dúvidas ou induzir ao erro, tanto o consumidor quanto o usuário, adquirindo estes o direito de pleitear indenização pelos danos sofridos.

§ 2º É obrigatória a indicação, com o destaque que torne visível, na embalagem ou acondicionante do produto, dos efeitos nocivos à saúde que este possa acarretar, mesmo com sua utilização normal, bem como a ressalva de que seu emprego deva ser recomendado por profissional da área, devidamente habilitado.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo dentro de 120 (cento e vinte) dias de sua publicação, estabelecendo, inclusive, os órgãos competentes para sua fiscalização e aplicação de penalidades.

Parágrafo único. A regulamentação de que trata este artigo estipulará prazo de adaptação do fabricante e do fornecedor, não podendo este ultrapassar a seis meses, contados da data da publicação desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

## **Justificação**

Não é nova a preocupação do Legislador com os efeitos nocivos que o mau uso de

defensivos agrícolas, agrotóxicos, vacinas, herbicidas e outros produtos agropecuários causam sobre o ser humano, sobre os animais e sobre o ecossistema. São frequentes e alarmantes os relatos de envenenamento de lavradores pelo uso inadequado de produtos tóxicos; são conhecidos os efeitos devastadores dos defensivos agrícolas, quando utilizados em doses desmedidas e transportados pelas chuvas para os rios; ninguém desconhece os prejuízos causados a um pequeno criador pelo uso inadequado de uma vacina vencida ou de bula mal redigida.

Reconhece-se, também que, em muitos casos, danos irreparáveis têm sua origem na prática comum de "auto-medicação" do brasileiro, estimulada pela propaganda livre e irresponsável de produtos de alta periculosidade. A irresponsabilidade atinge também a qualidade mesma das informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa, muitas vezes insuficientes, quando não enganosas, sem considerar-se o fato de não serem encontradas nas embalagens avisos suficientemente visíveis do perigo.

Toda essa preocupação desembocou, enfim, no parágrafo 4º do artigo 220 da nova Constituição, inserido no capítulo da Comunicação Social, parágrafo esse que tem os seguintes dizeres:

"§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso."

O inciso II, a que se refere o texto mencionado, diz que lei federal deverá criar mecanismos de defesa do cidadão contra propaganda "de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente".

Nossa intenção é de dar prosseguimento àquela iniciativa, regulamentando o referido parágrafo, no sentido de disciplinar o uso de produtos tóxicos no meio agropastoril.

Sala das Sessões, 22 de maio de 1989. — *Francisco Rolemberg.*

(*À Comissão de Assuntos Econômicos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vive a sociedade brasileira, neste momento, uma indistigável e inocultável sensação de mal-estar.

Para confirmar semelhante afirmação, basta percorrer as principais manchetes dos jornais. Difícilmente, localiza-se uma notícia alvissareira.

Greves pelo Brasil inteiro.

"É o caos. Estamos à beira de um precipício", afirma a Sra. Ministra do Trabalho.

"Dar aumento é cometer suicídio", declara, pela televisão, o Sr. Ministro da Fazenda.

Por todos os lados, lêem-se advertências, particularmente contra os trabalhadores, em relação ao abuso do direito de greve, que estaria sendo praticado "com fins de criar dificuldade à estabilização econômica" (*Jornal de Brasília*, seção de economia, de 25-4-89).

Que dizer da jovem democracia de nossa Pátria, nesse contexto?

Segundo Norberto Bobbio, o sustentáculo da democracia são as leis. "O que é a democracia senão um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) para a solução dos conflitos sem derramamento de sangue? E em que consiste o bom governo democrático se não, acima de tudo, no rigoroso respeito a essas regras? E termina o grande cientista político italiano: "Pessoalmente, não tenho dúvidas sobre a resposta a essas questões. É exatamente porque não tenho dúvidas, posso concluir tranqüilamente que a democracia é o governo das leis por excelência".

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, qual a razão do caos, da aproximação do precipício, da fatalidade do suicídio?

Várias hipóteses surgem. Ou não foram estabelecidas as leis que determinam as regras do jogo e, portanto, a sociedade está entregue à anarquia dos próprios contrastes, ou há leis, mas foram concebidas de forma prepotente, para os excluídos do poder cumprirem, sem a mesma obrigatoriedade por parte dos mais poderosos, ou, então, não existe quem está autorizado a tomar as decisões coletivas.

Não pretendo, Srs. Senadores, nestes breves momentos, aprofundar-me na análise das hipóteses apresentadas. Não pretendo nem mesmo comentá-las de maneira direta. Desejo, sim, acrescentar outros aspectos e observações que, a meu ver, são responsáveis pela impaciência geral da população, de modo especial dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, há muitos anos está em andamento, no Brasil, um perverso e cada vez mais grave desnível de distribuição de renda. Segundo dados do Instituto de Planejamento Econômico e Social — órgão ligado à Secretaria do Planejamento da Presidência da República —, comentados pela *Folha de São Paulo* de 25-4-89, em 1986, considerado um ano bom para a população menos afortunada, os 50% mais pobres dispunham de apenas 13,3% da renda nacional, enquanto que os 5% mais ricos detinham 34,6%.

Segundo o mesmo jornal, convertendo tais percentagens em dólares, considerando que o PIB brasileiro é de, aproximadamente, 330 milhões de dólares e a população atinge 130 milhões de habitantes, verifica-se que a metade mais pobre dos brasileiros sobrevive com 661 dólares anuais, enquanto os 5% mais ricos usufruem de 20.307 dólares.

"Não é tudo", segundo a *Folha*.

Em 1981, os 5% mais ricos detinham 32,5% da renda nacional; em 1986, esse percentual subiu para 34,6%. Para os 50% mais

pobres, os 13,5% de 1981 caíram para 13,3% em 1986.

Após esse período, em face do Plano Bresser e do Plano Verão, é viável pensar que a situação se tenha agravado.

Diante desse quadro, sem dúvida sombrio, qual será o futuro da democracia se, de acordo com Bobbio, não há democracia que se sustente e desenvolva sem uma razoável política de distribuição de renda.

Em segundo lugar, quero apresentar, para a consideração dos Srs. Senadores, do Governo e da população em geral, dois aspectos a meu ver de fundamental importância para a compreensão do momento nacional: a constante afirmação de que faltam recursos para investimentos públicos no Brasil e a ausência, conforme a imprensa já denominou, de uma política de "coisas miúdas" para o Brasil.

Em relação ao primeiro aspecto, como assegurar a crença da população na palavra do Governo diante do descalabro da corrupção e do desperdício a que estão submetidos os recursos públicos?

De acordo com estudo apresentado em seminário internacional sobre recursos naturais, organizado pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (Cendec/Seplan-PR) e realizado em agosto de 1988, o Brasil dissipou seus recursos, seja por meio de ações que visam ao lucro imediato, seja por falta de determinação política, seja por má alocação e ausência de planejamento.

Como merecer o crédito da população, quando vultosas somas de recursos públicos são malversados por meio de negociatas e concorrências fraudulentas, denunciadas pela imprensa, mas sem consequências em termos de condenação dos corruptos, de retorno dos recursos desviados, ou de informações e explicações claras e inofensíveis para a população, tanto em nível federal, quanto estadual ou municipal?

Essas consequências em relação às grandes falcatruas minam a consciência cívica da Nação, difundindo a ideia de que tudo, em nível dos Poderes constituídos, não passa de uma fenomenal e descarada mentira, engendrada, sorrateiramente, no silêncio, no segredo e na prepotência dos *arcana imperii*.

Quanto desperdício por descontinuidade administrativa, por abandono e depredação de obras públicas, por negócios mal feitos na exportação de café e açúcar; por perda de safra agrícola em virtude de armazenamento deficiente (segundo os técnicos, cerca de 4 a 5 bilhões de dólares somente nesse setor); por muitas pagas a armadores brasileiros cujos navios foram contratados para singrarem faustosamente vazios; por taxas de compromisso pagas a bancos estrangeiros (particularmente ao Banco Mundial) em função de empréstimos não utilizados.

Quanto recurso desperdiçado por irresponsáveis e preguiçosas delongas nas negociações com grevistas dos setores públicos!

O rosário é imenso, como V. Ex.<sup>as</sup> bem sabem, Srs. Senadores!

No que se refere à falta de uma política para as "coisas miúdas", as deficiências não

são menores, embora atinjam setores específicos da competência do Estado e onde a resposta seria rápida, em termos de benefícios para a população e de eficiência da administração pública.

O Plano de Ação Governamental — Prosperidade para Todos — da Nova República concedia prioridade ao social, através de um vasto conjunto de programas e projetos destinados a produzir impacto no padrão de vida da população, especialmente da menos favorecida, e, dessa forma, a resgatar parte significativa da dívida social, cuja solução não mais podia "ser adiada, protelada ou simplesmente estudada".

"As decisões nessa área — afirmava o Plano — devem ser urgentes e imediatas. Traçou-se uma estratégia de eliminação das injustiças, de minimização dos desníveis sociais e de melhoria do perfil de distribuição da renda, compatibilizando o propósito social com o propósito do desenvolvimento. Essa estratégia abrange os pontos essenciais do programa, permitindo, a curto prazo, que a Nação responda ao grande desafio de gerar desenvolvimento, protegendo tendenciosamente os segmentos mais frágeis da sociedade."

O Plano foi abandonado logo após sua elaboração e apresentação. Não se sustentou, talvez pela alheação política, concretizada no predomínio tecnocrático, que o caracterizava.

Infelizmente, não houve retomada, em nível mais técnico, democrático e participativo, cujo enfoque o Plano defendia na sua fundamentação teórica.

A ação do Estado prefigurava-se no Plano e mantém-se no presente, porém de forma tangencial, assinalada fortemente pelo paternalismo assistencialista, pretendendo erradicar a miséria sem a participação do miserável.

No campo da educação básica, a situação é de alerta geral.

Segundo os dados do IBGE, comentados em *O Estado de S. Paulo*, de 8 de abril de 1989, em 1970, 32,9% da população brasileira com idade superior a dez anos constituíam-se de analfabetos; em 1980, 25,5%; em 1985, 20,2%. Isso apesar do propósito, e dos recursos, do Mobral, de alfabetizar 90% da população adulta até 1990 e de ter afirmado, em relatório de 1977, que a percentagem de analfabetos, nesse ano, era de 14,0%.

Tudo seria menos trágico, no entanto, se a população em idade de escolarização obrigatória estivesse sendo atendida adequadamente. De acordo com o Anuário Estatístico de 1981, em 1980, 40% das crianças entre 7 e 14 anos — faixa de escolaridade obrigatória e gratuita, segundo a Constituição — permaneciam fora da escola.

De 1984 para 1985, as matrículas no ensino de 1º grau diminuíram, conforme resulta do Anuário Estatístico de 1987/88. Em 1985, a matrícula do 1º grau, no sistema federal, correspondeu a 81%, 105% no sistema estadual, 98% no sistema municipal e 92% no ensino particular, em relação à matrícula de 1983.

Que dizer, Srs. Senadores, se a essas estatísticas forem acrescentados os dados referentes às escolas destruídas no Brasil todo? Em artigo de 16 de abril de 1989, o *Jornal do Brasil*

afirmava que 79,5% das 5.470 escolas oficiais do Estado de São Paulo foram saqueadas em 1987. No Rio de Janeiro, segundo a Secretaria de Educação, seria necessário um milhão de cruzados novos por trimestre, apenas para recuperar escolas depredadas. Em Teresina, 81 das 136 escolas públicas foram danificadas em 1988. No Rio Grande do Sul, nenhuma das 3.000 escolas estaduais escapou ileso de assaltos, furtos e fogo.

São dados assustadores, cuja gênese não deve ser buscada, apenas, nos fatos externos, mas, sim, no inconsciente coletivo de uma enorme parcela da sociedade que vem sendo, sistematicamente, excluída dos benefícios do trabalho, do desenvolvimento e da cidadania.

Certamente, a solução não está na exigência de mais trabalho e participação da população pobre, que já trabalha arduamente para sobreviver.

Deve-se exigir, sim, dignificação e profissionalização do magistério, dinamismo, criatividade e desburocratização das pesadas e roncadas estruturas criadas para gerir a educação pública.

Deve-se exigir, sim, do Estado uma política "miúda" de educação, para cumprimento do dispositivo constitucional.

Conforme informação de *O Globo*, de 12 de março de 1989, há, hoje, necessidade de 20 mil novas escolas para atender a 8 milhões de crianças que não freqüentam as salas de aula, de 5 mil escolas profissionais, 30 mil creches e 30 mil pré-escolas.

É tarefa realmente urgente e gigantesca. No setor da saúde, as necessidades são também "miúdas" e numericamente grandes. Há necessidade de mais três mil hospitais.

Segundo relatório do Ministério da Saúde, analisado pela imprensa local (*Jornal de Brasília*, de 22 de abril de 1989) em 1989, haverá manifestação de câncer em mais 370,8 mil brasileiros, enquanto que 10 milhões são hipertensos; 260 mil, leprosos, 508,6 mil, maláricos, (10,5% mais do que em 1988); 5,4 milhões com esquistossomose; 7,56 milhões, diabéticos; cinco milhões, chagásicos; e a dengue está presente em 13 estados brasileiros.

De acordo com Carlyle Guerra de Macedo, Diretor-Geral da Organização Panamericana de Saúde (Opas), conforme publicação de *O Globo*, de 24 de abril de 1988,

"... os indicadores de saúde do Brasil situam-se entre os piores da América Latina. O País registra hoje 85 por cento dos casos de hanseníase e 50 por cento da malária de todo o continente, enfrenta a ameaça de reurbanização da febre amarela e, vez por outra, tem epidemias localizadas da peste, moléstia conhecida desde a Idade Média e já erradicada na maior parte do mundo.

Mas o pior de todos os males é a fome, a desnutrição que, no Brasil, é extraordinariamente alta. Não temos conhecimento da dimensão exata do problema — afirma o médico — mas indicadores e inquéritos epidemiológicos feitos em diversas áreas do País apontam que pelo

menos 40 milhões de brasileiros padecem do estado de desnutrição crônica. Digo pelo menos, porque as projeções levam a crer que o número é bem maior, chegando à casa das 60 ou 70 milhões de desnutridos."

Infelizmente, as perspectivas não se apresentam animadoras nesse campo. Segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no dia 24 de abril de 1989, em 1989, o Brasil colherá uma safra recorde de grãos: 70,2 milhões de toneladas, 6,5% a mais do que em 1988 (participação significativa da soja — produto de exportação — com 23,2 milhões de toneladas, 29% a mais do que no ano anterior e com uma expansão da área da ordem de 15,7%). Todavia, os produtos agrícolas para consumo — feijão, batata inglesa, arroz, amendoim e tomate — tiveram a área diminuída na proporção de 18,6%, 16,7%, 10,5%, 10,1% e 5,7% respectivamente, com uma previsão de colheitas 22 a 26,7% menores do que as do ano de 1988.

As razões da "vergonhosa" situação da saúde no Brasil, de acordo com o diretor-geral da Opas, devem ser procuradas no fracasso do modelo econômico até agora adotado pelo Brasil, um modelo extremamente concentrador, que exclui o homem na sua dimensão social.

Na verdade, tanto no campo da educação, quanto no da saúde — setores de primordial responsabilidade pública — o Estado se está omitindo fragorosamente, condenando milhões de brasileiros ao analfabetismo e à doença. Conforme informações apresentadas pelo Secretário de Saúde do Distrito Federal (vide *Jornal de Brasília*, de 29 de novembro de 1988), dos 538 mil leitos hospitalares existentes no Brasil, 411 mil são privados; dos 6.300 hospitais, 5.200 são particulares. Em contrapartida, em 1985, o Inamps realizou 240 milhões de consultas médicas ambulatoriais. Esses são dados — conclui o secretário — que não podem ser desconhecidos porque periodicamente são postos a público pelo IBGE. O secretário faz um apelo para que "prevejam o equilíbrio, a sensatez, o compromisso social e o interesse coletivo" no trato da saúde pública.

E a questão da habitação popular, Srs. Senadores? Haveria, atualmente, no País 40 milhões de favelados e um déficit de 10 milhões de casas populares.

Para a grande maioria da população brasileira não sobram alternativas. Não existem habitações populares. A classe média, empobrecida, não pode comprar. Não há loteamentos populares. Não há pequenos construtores. Não há oferta de imóveis para locação residencial de baixa renda. Tampouco, há financiamento para imóveis usados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é o panorama nacional. Está, o Brasil de hoje, após anos de ardilosa política econômica, de déficits orçamentários financiados pela inflação, de insensato endividamento, de parasitismo estatal, de inoperância de altos custos para

a sociedade, de paternalismo oficial, de reserva de domínios, de subsídios e incentivos, enfim, de selvagem concentração de riqueza nas mãos de poucos e de atroz empobrecimento de muitos.

No entanto, Srs. Senadores, não é essa uma situação de pessimismo nihilista, nem de desastre, nem de catástrofe, é sim, um momento que requer mudança de comportamento das lideranças, de firmeza para tomar iniciativas e assumir atitudes que reconstituam os princípios da lei e os padrões fundamentais e éticos da Administração Pública.

Não somos o País da falta de recursos, somos o País do desperdício. Bastaria enfrentar corajosamente a corrupção e teria a Nação meios para solucionar muitos problemas básicos, "miúdos", da população.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça, que falará pela Liderança do PMDB. Lembro que, de acordo com o Regimento, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço esta intervenção apenas para registrar, com ênfase, a importância da decisão que a Câmara dos Deputados tomou na última semana, quando, finalmente, optou por uma política salarial para o País e modificou o patamar do salário mínimo.

É bem possível que alguns não se deem conta da importância disso, e é bem possível que alguns não estejam entendendo o que isto representou para o novo papel constitucional do Congresso.

De fato, se fizermos o exame retrospectivo de todos os planos econômicos que, ao longo deste Governo, foram postos em prática, veremos que em nenhum deles o Congresso Nacional desempenhou o papel que agora está desempenhando.

Note-se que, quando o Ministro Dilson Funaro implantou o Plano Cruzado, no bojo desse plano estava incluído "gatilho" salarial, que era uma regra, um mecanismo de saída para o processo de congelamento.

Quando o Ministro Bresser Pereira implantou o Plano que, por final, veio denominar-se Plano Bresser, também criou a Unidade de Referência de Preços, a chamada URP, que servia como mecanismo de proteção aos salários.

Desta feita, quando foi implantado o Plano Verão, não havia nenhum sistema, nenhum mecanismo pelo qual se garantisse um reajuste aos salários, na medida em que se quebrassem a estrutura do congelamento de preços. Os salários estavam ao inteiro desabrigo, jogados à sorte e ao seu destino, ao sabor dos ventos e das tempestades.

Não fosse aprovado o Projeto Osmundo Rebouças, pela Câmara dos Deputados, iríamos presenciar agora, na quebra do congelamento de preços, na ruptura do Plano Verão, um processo de transferência de renda de uma pro-

porção brutal e tão gigantesca como nunca registrou na história econômica deste País, uma transferência de renda do trabalho para o capital.

O Plano Verão deixou em aberto, deixou esta lacuna na questão dos salários, diferentemente do que foi no Plano Bresser e do que foi no Plano Funaro.

E por isso, Sr. Presidente, que o PMDB se sente responsável e se sente respondendo às expectativas nacionais quando faz aprovar um projeto que — de forma mínima, é verdade, de forma talvez precária e não tanto quanto se gostaria — garante efetivamente um reajuste de salários, uma proteção mínima para os ganhos dos trabalhadores neste período em que se dá a quebra do congelamento.

E aí é importante ressaltar, portanto, o papel do Congresso Nacional.

Note-se que o Presidente da Fiesp, Sr. Mário Amato, e o Presidente da CUT, Sr. Jair Meneguelli, juntamente com a Ministra do Trabalho, reuniram-se ao longo de quatro ou cinco semanas sem obter o mínimo sucesso nas tratativas, na busca de acordo, na busca de soluções formais.

É verdade que tanto a Fiesp quanto a CUT não cediam, não abriam mão das suas posições rígidas. Isso significa dizer que o Congresso Nacional acabou preenchendo a lacuna, acabou preenchendo o vazio que foi deixado pelas lideranças sindicais, patronais e dos trabalhadores, que não tiveram competência, que não tiveram a maturidade, que não tiveram a ciência da crise econômica que o País vive para prover o Plano Verão com uma regra salarial mínima.

É verdade que pela nova Constituição não pode o Governo federal implantar um sistema de reajustes salariais através de um decreto ou de uma medida provisória, salvo se essa medida provisória viesse a ter a aprovação do Congresso Nacional.

Em outras palavras, essa é uma questão que hoje está nas mãos do Congresso Nacional. É muito importante que isso tenha acontecido. Mesmo que se discuta, mesmo que se polemize, mesmo que se questione o conteúdo dessa lei — do projeto Osmundo Rebouças, com os seus mecanismos de reajuste, os patamares que ele estabelece — mesmo que isto venha a ser questionado o pior, a selvageria, a brutalidade com os trabalhadores se daria, se efetivaria se não existisse sequer uma lei salarial, porque os representantes dos empresários não quiseram assumir essa responsabilidade, a CUT não quis assumir essa responsabilidade e lançou as mãos. A CUT e a Fiesp estavam mais para Pilatos do que para Cristo, e o Governo, também, se omitiu: deixou em branco essa questão. O Congresso Nacional disse "presente" e respondeu perante a Nação.

Quero lembrar que o PMDB, através da sua Executiva Nacional, no dia 14 de março, portanto, dois dias depois da histórica Convenção do dia 12 de março, quando derrotamos as forças conservadoras e retrógradas dentro do partido, no dia 14 de março conseguimos, através da Executiva Nacional, tornar a deci-

são peremptória de aprovar o Projeto Osmundo Rebouças de correção dos salários. Esta vitória precisava, aqui, ser registrada, conclamando os Srs. Senadores para que, agora, no Senado, quando esta matéria vier à votação, saibamos, também, assumir com maturidade e consciência a responsabilidade deste momento, aprovando o projeto de reajustes salariais para os trabalhadores. Obrigado a V. Exª (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mendes Canale) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

S. Exª, no exercício da Liderança do PDT, disporá também de 5 minutos.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** (PDT — DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, por três vezes consecutivas as emissoras de rádio e televisão de nosso País veicularam, sob a proteção do Tribunal Superior Eleitoral, desabrida e escandalosa campanha eleitoral do candidato à Presidência da República, Fernando Collor de Mello.

Dir-se-á que se trata do exercício da prerrogativa constitucional que garante a todos a livre manifestação do pensamento, ou a prática do primado estabelecido no § 2º do art. 220 da Constituição de 88, segundo o qual "é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística".

Não me parece inspirado em bom raciocínio se a justificativa, ao que apurei, para a liberalização de flagrante violência, fundamentar-se na singeleza da regra constitucional de vedação por meio de censura prévia que a Justiça Eleitoral estaria impossibilitada de realizar.

Ora, sabe-se que as regras eleitorais nascem do direito público, e como tal seus efeitos devem abranger aquele universo do equilíbrio e imparcialidade, de modo que, sob o manto da generalidade de um princípio constitucional que deve ser interpretado com as restrições de seu objetivo final, não se perpetuam a iniquidade, o desequilíbrio, a manifesta benevolência e o indiscutível privilégio a um nome, em prejuízo do concerto dos demais interessados no pleito da maior importância nacional e que a Nação pretende perfectibilizar no dia 15 de novembro próximo.

A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, isto é, o Código Eleitoral, de modo claro, em seu art. 240 diz que "a propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após a respectiva escolha de Convenção".

A evidência indica que, independentemente das Convenções, a maioria dos partidos tem os seus candidatos declarados antes delas.

Diga-se que uma certa tolerância é possível admitir-se, pois torna-se impraticável o cumprimento da lei naquelas minúcias e detalhes que estabelece.

Todavia, afrontosamente usar e abusar de três programas consecutivos nos rádios e nas televisões, em mais de quarenta e cinco de seus sessenta minutos, convenhamos, é estabelecer, pela passividade, um comportamento

que privilegia e contempla, isoladamente, uma candidatura em prejuízo das demais.

E isto não é democracia.

Devoto ao Poder Judiciário um particular respeito e reverência a Justiça Eleitoral, por cujo Presidente da sua maior Corte, o jovem jurista e Ministro Francisco Resek, tenho uma pública e ostensiva admiração, mas não posso calar-me diante do que ultimamente vem acontecendo, a pretexto dos indeferimentos dos vários pleitos formulados por partidos políticos sobre a participação indebita e injusta de um candidato com flagrante desrespeito aos demais, que têm que gozar dos mesmos direitos que somente a um estão sendo assegurados.

Por força de imperativo legal, os programas partidários são fiscalizados pela Justiça Eleitoral.

O próprio candidato Fernando Collor de Mello, no ano passado, teve o programa que gravou para o PJ quase todo censurado, quando era presidente do Tribunal Superior Eleitoral o atual Ministro da Justiça.

De lá pra cá, é verdade, temos uma nova Constituição, que não pode ser interpretada, neste aspecto, com a generosidade para com um candidato.

Não tenho o direito de acusar que tenha havido transação comercial para a propagação de um candidato, mas tenho o direito de especular qual o interesse que pequenos Partidos Políticos, desconhecidos da Nação e sem nenhuma tradição no Congresso, administrados, na sua maioria, por senhores desconhecidos e muitos deles aventureiros têm para permitir que um candidato, coincidentemente por esse tipo de favor e de alguns setores de nossos meios de comunicação, se destaque nas pesquisas, passe a frequentar e dispor de siglas, como se fossem agências publicitárias, cujo único interesse é conseguir a mídia para venda de seus produtos.

Seria ingênuo admitir-se que tudo isso tenha sido de graça. E que nem os custos dos programas tenham recebido ajuda estranha.

É preciso que a Justiça Eleitoral examine minuciosamente a origem desses recursos e quem o está financiando.

Não há a menor dúvida de que o candidato à Presidência da República, já declarado do PRN, que nasceu do PJ, tem, no mínimo sobre os outros candidatos, a vantagem de ter aparecido em dois programas partidários, isto é, do PTR e do PSC.

E nesses programas usou e abusou de sua condição de candidato ostensivo à Presidência da República.

A influência do rádio e da televisão é inquestionável.

**O Sr. José Fogaça** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª

**O Sr. José Fogaça** — Nobre Senador Maurício Corrêa, quero dizer que concordo inteiramente com a advertência que faz V. Exª em relação a esse uso abusivo do direito ao

horário gratuito na televisão, por parte de um dos candidatos a Presidente da República. Na verdade, estamos diante de uma gravíssima deformação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— A Mesa gostaria de lembrar que a Comunicação de Liderança é de 5 minutos sem apartes.

**O Sr. José Fogaça** — Eu não sabia Sr. Presidente. Vi o nome do Senador Maurício Corrêa inscrito como orador e pensei que eu pudesse apartear-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Conclua então o seu breve aparte.

**O Sr. José Fogaça** — Apenas queria registrar que foi, de fato, o próprio Congresso Nacional que criou todo esse sistema, essas leis perdulárias, absolutamente permissivas, em relação à organização de Partidos Políticos, transformou o Partido Político num grande negócio, colocado no balcão dos grandes negócios políticos. Estão aí siglas absolutamente desconhecidas, absolutamente obscuras que, de repente, se transformaram em instrumento, em montaria de determinados candidatos. Eu posso dizer a V. Exª — e V. Exª não era parlamentar ainda, foi em 1985, quando eu era Deputado Federal — que, da tribuna da Câmara, eu disse: "Esta lei partidária, que parece democrática, é, ao contrário. É uma libertinagem, é uma lei permissiva que vai permitir que a política se transforme em um balcão de negócios". Hoje Nós estamos registrando aí que este "democratismo" de se permitir que se organize Partido Político, através de siglas artificiais a três por quatro no Brasil, acaba gerando isso. Infelizmente, só não posso concordar com V. Exª na culpa que atribui ao Tribunal Superior Eleitoral, porque o que ele faz é, simplesmente, decidir diante dos parâmetros legais que nós políticos, congressistas acabamos criando uma armadilha, que os pequenos Partidos acabaram amando para si mesmo, diziam: "É preciso haver absoluta liberdade de organização, liberdade de organização, liberdade de organização," que se transformou numa verdadeira libertinagem de organização.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Agradeço o aparte de V. Exª aduzir, como eu estava falando, que tenho pelo Judiciário um grande respeito. E, aliás conheço uma passagem de Calamandrei, que escreveu um belo livro dirigido ao povo italiano, principalmente, com o título: "Nós, os Juizes, vistos por eles, advogados".

E num determinado momento, o velho Calamandrei, pai desse que escreveu, o livro que era o Juiz da Corte Italiana, estava morrendo, e o filho, advogado, esteve no leito final, derradeiro, do pai e perguntou:

— "Meu pai, o que o senhor tem mais a me recomendar na vida?"

"Eu digo o seguinte: quando você luta por uma causa, desde a primeira instância, convencido de que tem em mãos o bom direito e vai até o final enfrentando todos os tribunais, enfrentando todas as adversidades, e lá, onde

esperava que fosse vitorioso, o Tribunal não reconheceu o direito, você tem que ter a ingênua situação de admitir que o Tribunal está certo e você está errado, para não curtir pelo resto da vida uma paixão".

É exatamente o que falo: não concordo com o Tribunal Eleitoral, mas respeito, evidentemente, suas conclusões, e admiro-me até, embora estivesse sob a vigência de uma Constituição diferente, que era a emenda nº 1 de 69, ter o próprio Tribunal interpretado a proibição do Governador Leonel Brizola aparecer nos programas partidários, e hoje nós sabemos que essas siglas todas estão sendo usadas por aquele candidato.

Concluo Sr. Presidente, por mais que se movimentem Mário Covas, Ulysses Guimarães, Roberto Freire, Brizola e todos os outros candidatos, percorrendo o Brasil num ingente esforço físico, não conseguirão recuperar o que de graça a Justiça Eleitoral deu ao Senhor Fernando Collor de Mello.

Impõe-se, pois, que o Congresso Nacional, em regime de urgência, vote uma lei que aprova o equilíbrio desfeito, restabeleça a paz eleitoral, dando a todos, em igualdade de condições, as mesmas vantagens, enfim, o mesmo tempo de rádio e televisão que deu a um candidato.

A seis meses das eleições, se não houver esta reparação, o Sr. Fernando Collor de Mello terá ganho, sozinho, o primeiro prêmio eleitoral do século.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito Bem!)

*Durante o discurso do Sr. Senador Maurício Corrêa, o Sr. Senador Mendes Canale, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

**O SR. RUY BACELAR** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o assunto que me traz hoje a esta tribuna é o estado de calamidade em que se encontra o meu Estado da Bahia, especialmente a região metropolitana de Salvador, em consequência das fortes chuvas caídas nos últimos dias e que transtornam a vida dos habitantes da Capital e de dezenas de municípios vizinhos.

A situação é dramática e o número de vítimas estimado pela Coordenação Estadual de Defesa Civil é de cerca de 80 mortos e 55.000 desabrigados em toda a região atingida, até o presente momento.

Diante do quadro que se configura como a maior tragédia desta metade do século, foram atingidos, além de Salvador, os municípios de Santo Amaro da Purificação, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Entre Rios, Alagoinhas, Terra Nova, Cardeal da Silva, Conde, Teodoro Sampaio, Pojuca, Mata de São João e Itanagra, que se encontram em estado de calamidade ou emergência.

A situação é mais grave em Salvador e em Santo Amaro, onde existe, somente nesta última, aproximadamente 30 mil desabrigados ou desalojados.

Milhares de desabrigados já foram deslocados para o Parque de Exposições, igrejas, escolas e estádio de futebol, onde ficarão até que suas moradias sejam reconstruídas ou transferidas.

Sr. Presidente, o índice pluviométrico dos 22 dias de maio é de aproximadamente — vejam bem — 400 milímetros, daí o total de desabrigamentos ter aumentado nos últimos dias, atingindo a 560 até sábado. Desde o dia 1º deste mês, quando as chuvas começaram a cair constantemente a coordenação Estadual de Defesa Civil registrou 1.149 deslizamentos de terra, 278 alagamentos e 93 redes de esgoto obstruídas — vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores — além do rompimento de uma adutora que abastece a Capital, fazendo com que cerca de 500 mil pessoas ficassem sem água.

Em Santo Amaro da Purificação, onde já morreram 6 pessoas, de 1.275 casas atingidas, 716 foram completamente destruídas e 559 parcialmente destruídas. Técnicos da Secretaria de Saúde estão preocupados com a probabilidade de ocorrerem surtos de tifo e leptospirose, em face das condições sanitárias, e empenham-se na campanha de vacinação da população. A situação nessa cidade é tão crítica que os moradores chegam a colocar a alimentação em segundo plano: prefere colchões e cobertores porque estão morrendo congelados, dormindo em pedaços de espuma molhados.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite-me V. Exª um aparte, eminente Senador Ruy Bacelar?

**O SR. RUY BACELAR** — Ouço o aparte do eminente Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Ruy Bacelar, o drama vivido hoje pela Bahia é daqueles que compungem a alma de toda a comunidade brasileira. Neste momento gem que V. Exª repassa com dados minuciosos o quadro sofrido pelos seus irmãos da Bahia desejo levar-lhe a manifestação de minha solidariedade e fazer votos para que, numa ação conjugada do Governo Federal e do Governo Estadual, se promova o socorro a esses milhares de desabrigados que nesta hora reclamam do Poder Público o apoio e assistência imprescindíveis que lhes garantam a sobrevivência. Recordo que durante a nossa Convenção no último sábado, o nosso candidato a vice-Presidente, Waldir Pires, alcançou todos os convencionais quando solicitou um minuto de silêncio pelas vítimas dessa calamidade, ensejando a que todos nós participássemos desse drama pungente que atingiu de forma tão cruel um segmento significativo da população baiana. Portanto, neste instante em que V. Exª representa a sua Bancada, tendo ao seu lado o Senador Jutahy Magalhães, receba nossa solidariedade e com ela os votos para que uma ação governamental pronta, efi-

caz, imediata, possa acudir os nossos irmãos da Bahia atingidos pela calamidade.

**O SR. RUY BACELAR** — Recebo com muito agrado o aparte de V. Exª e incorporo o seu aparte de solidariedade a este nosso pronunciamento, na certeza de que nós, baianos, confiamos na solidariedade de todos os brasileiros.

Continuo, Sr. Presidente.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura estima que o abastecimento de milho e hortigranjeiros será gravemente afetado com as chuvas que caem no Estado da Bahia. O plantio dos produtos nas localidades mais atingidas está sendo destruído pela erosão provocada pelas chuvas, comprometendo as estimativas das safras, segundo informações de um dos diretores da Fetag. O comércio de Salvador teve redução de 40% das vendas e, em Santo Amaro, está gravemente afetado. Já o setor industrial, embora menos atingido, sofre ameaça: a persistirem as fortes chuvas que têm caído nos últimos dias, principalmente nos Municípios de Camaçari, Simões Filho e Candeias — zonas de influência do Centro Industrial de Aratu e do Polo petroquímico de Camaçari — algumas empresas poderão paralisar suas atividades, gerando prejuízos incalculáveis em forma de divisas perdidas e impostos que não serão recolhidos pelo Governo.

**O Sr. Ney Maranhão** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Ouço o aparte do nobre Senador Ney Maranhão.

**O Sr. Ney Maranhão** — Senador Ruy Bacelar, drama como esse que atinge a cidade de Salvador, Recife também passou. Tivemos enchescentes em que a Cidade do Recife foi completamente invadida pelas águas do Rio Capibaribe. E graças a uma ação governamental hoje temos barragens e esse drama não será repetido. Em nome do povo pernambucano, como um dos Senadores que o representa no Senado Federal, quero solidarizar-me com V. Exª. Estou certo de que, apesar da oposição que fazemos, ao Governo Federal, há acima de tudo o interesse da nação, povo Baiano espera, o mais rápido possível, a ação do Governo Federal no que concerne ao drama que está vivendo a cidade de Salvador. Minha solidariedade.

**O SR. RUY BACELAR** — Incorporo o aparte de V. Exª ao nosso pronunciamento e agradeço penharadamente a solidariedade do povo pernambucano, manifestada por V. Exª, nobre Senador Ney Maranhão.

Continuo, Sr. Presidente.

Diante de tão grave situação que atravessa o Estado da Bahia, urge que se tomem as medidas mais urgentes no sentido de aliviar o sofrimento por que passa o povo baiano, que precisa de alimentos e medicamentos, bem como barracas, colchões, cobertores e roupas, como medida emergencial e, posteriormente, ajuda às vítimas e reconstrução dos danos causados às cidades atingidas.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Exª me permite um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Com muito prazer nobre Senador Jutahy Magalhães,

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Este é o drama do Nordeste! Nós, aqui, muitas vezes levantamos as nossas vozes para os problemas da seca que atinge a nossa região, drama que se repete periodicamente com mortes, fome, com a miséria de um povo todo. Derepente transforma-se a situação: nós aqui choramos os nossos mortos em virtude do excesso de água. São chuvas que caem na nossa região, mas sem aquela periodicidade necessária para o desenvolvimento e para a fertilidade da terra, para o desenvolvimento da região; caem em excesso, concentradamente, numa região só. Então, ocasionam-se esses desastres porque a terra está mal preparada para suportar o rigor de uma chuva intensa como aquela. Há na Bahia um grande déficit de propriedades, de habitações, e ocorre uma luta constante de invasões de terras em busca de um pedaço de solo para colocar a sua família para sobreviver e lutar pela vida. Então, vão buscar terras, muitas vezes, junto a barrancos, sem a preocupação com o que pode ocorrer num desastre ecológico. V. Exª conhece e eu também, várias invasões em Salvador estão localizadas em barrancos e quando vêm essas chuvas então, ocorrem esses desastres. Porém temos esperança de que o Governo Federal esqueça-se dos problemas políticos e deixe de retaliações com o nosso Estado, que aproveite até a vinda do Governador Nilo Coelho para não dizer que era apenas o Governador Waldir Pires que criava obstáculos políticos ao Governo Federal — para solicitar os recursos para o nosso Estado neste momento de emergência, e leve para o povo baiano a assistência que necessita. Infelizmente, estamos num círculo vicioso: temos dificuldades porque não temos recursos. E os recursos nos são negados, porque dizem que somos inadimplentes. Ora, nobre Senador, li que algum sinal verde seria dado com a mudança do Governo na Bahia. Que isso ocorra! Que venham logo os recursos! V. Exª citou aí vários casos, não citou, talvez, aquele que felizmente não ocorreu! Um desastre que seria o pior de todos para a população baiana, o transbordamento daqueles fluentes líquidos de Camaçari, quando seriam jogados cromo, mercúrio e veneno na água que a população baiana bebe, isso daí seria o maior desastre para a população. Numa área em que vemos uma grande diferença de nível nos momentos normais, chegamos a menos de um metro da beira dessa barragem. Se as chuvas tivessem continuado dois dias, — graças a Deus param nesses dois últimos dias — teríamos, talvez, que evacuar uma população inteira. Por isso é a hora de socorrer o nosso Estado. Agradecemos a solidariedade de nossos companheiros do País inteiro, mas o de que precisamos é assistência imediata e concreta do Governo Federal nesse momento de dificuldade.

**O SR. RUY BACELAR** — Agradeço e incorporo o substancial aparte de V. Exª, nobre Senador Jutahy Magalhães. V. Exª tem razão quando diz que o problema é complexo. É preciso de fato uma política global de planejamento. Sofre o nordestino com a seca, com a falta de água, com a falta de uma política agrária e em face disso ele se desloca para as cidades, enchendo-as, e, conseqüentemente, ele sofre, também, com as chuvas, principalmente agora quando o índice pluviométrico é alarmante, é o maior deste século, com casas caindo, derrubadas, mortes e mais mortes, por falta de uma política séria e planejada, principalmente uma política de desenvolvimento urbano.

Mas acredito que o Governo irá olhar-nos desta vez não mais discriminando o nosso Estado da Bahia.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

**O SR. RUY BACELAR** — Pois não.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — É verdadeiramente lamentável que quase ao fim deste século, o Nordeste continue a apresentar essas tristes cenas resultantes das inundações e das secas periódicas. Isto é o atestado vivo, se não de ausência de plano, pelo menos, da falta de continuidade e de uma execução correta e científica. No momento é a Bahia. Creio que V. Exª tem a solidariedade de todas as bancadas. E o que esperamos, como foi dito pelo eminente Senador Jutahy Magalhães, é que o Governo tome providências imediatas e concretas, socorrendo à laboriosa gente da Bahia. Receba a nossa solidariedade, certo de que todos nós, brasileiros, não apenas os nordestinos, todos nós brasileiros, estamos participando desse drama que fere profundamente a alma do tradicional povo da Bahia.

**O SR. RUY BACELAR** — Incorporo o aparte de V. Exª, nobre Senador Chagas Rodrigues, na certeza de que hoje é a Bahia que sofre, ontem foi o Piauí, o Ceará, Santa Catarina, há tempos atrás. Mas é preciso todos nós nos juntarmos para que possamos ter uma política séria, muito séria, para este País.

**O Sr. Dirceu Carneiro** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Tem o aparte V. Exª, nobre Senador Dirceu Carneiro.

**O Sr. Dirceu Carneiro** — Quero fazer esta intervenção de solidariedade devido a essa circunstância que enfrenta hoje o povo nordestino e, particularmente, o povo baiano, como o catarinense que também já teve no seu Estado situações de muita dificuldade, particularmente, no Vale do Itajaí, no Vale do Rio do Peixe, em várias regiões do Estado, Região da Serra, onde as destruições foram de natureza urbana, de natureza rural, agrícola, de transporte, enfim, atingindo todos os setores. Lá, verificou-se a necessidade de termos que reflorestar, plantar milhões de árvores para tentar corrigir um pouco esse deslocamento rápido das águas que caem numa determinada superfície e se deslocam para os vales

e para os rios. Esse é um esforço gigantesco que tem que ser feito. Sei que algumas dessas questões podem ser corrigidas, como bem lembraram os aparteantes anteriores, com medidas governamentais. Outras são difíceis de serem contidas por operações de Governo, são fenômenos incontornáveis da natureza e, portanto, não dependem unicamente dos governos. O que é possível em muitos aspectos, e que os governos têm que fazer, é a política preventiva. A política de remediar sempre sai mais cara, custa mais à sociedade. Portanto, defendemos sempre as prevenções, o preventivo, e não o curativo. Queríamos, também, ao lado dessa experiência amarga por que passa o povo baiano, que tem prejuízos imensos, quer urbanos, quer rurais, dizer que nós, que temos a responsabilidade de elaborar um conjunto de leis, dentre elas a lei agrícola, precisamos levar em conta, nessas elaborações, e particularmente na questão da lei agrícola, esses fenômenos incontornáveis, para que o homem do campo não fique inteiramente a descoberto, e que ele tenha o mínimo de segurança para poder produzir, a segurança necessária para que enfrente o risco da natureza incontornável, aquele que não tem como prevenir com obras ou com medidas, senão com políticas de longo prazo. Assim, ao lado de apresentar a solidariedade catarinense a essa circunstância que atravessa o povo nordestino, particularmente o baiano, o Estado de V. Exª, queria também enfatizar a necessidade de os governos e o Legislativo se precaverem contra aquilo que é possível a precaução contra aquilo que é viável a prevenção para que aprendamos essas lições que custam muito caro aos povos e à sociedade. Essa é a colocação que faço ao pronunciamento de V. Exª, que retrata tão bem essa enorme dificuldade por que atravessa o povo baiano.

**O SR. RUY BACELAR** — Agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo com muito prazer ao meu pronunciamento. V. Exª tem toda razão quando enfoca a necessidade de medidas preventivas para que elas se tornem mais eficientes e quase que definitivas. É necessário, Senador Dirceu Carneiro, um trabalho conjugado, partilhado, dos governos Federal, Estadual, Municipais e da própria sociedade, no sentido de que, juntos, possamos, com trabalho em drenagens, dragagens, proteção de encostas, fazer um trabalho sério, como medida preventiva para evitar outras catástrofes.

Por fim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Bahia confia na solidariedade de todos os brasileiros nesta hora difícil que atravessa. Espera que o Governo Federal, que sempre lhe dispensou tratamento discriminatório, ignorando suas justas reivindicações, desta vez se sensibilize com a situação de desespero do povo baiano e o socorra.

Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 104, de 1989 (nº 213/89, na origem), de 22 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da

República, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição, solicita autorização para que a União possa contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de dólares norte-americanos), para os fins que especifica.

Nos termos da Resolução nº 18, de 1989, o expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de medidas provisórias e vetos presidenciais.

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Olavo Pires — Jarbas Passarinho — João Castelo — Edison Lobão — Hugo Napoleão — José Agripino — Raimundo Lira — Marco Maciel — Mansueto de Lavor — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Iram Saraiva — Meira Filho — Roberto Campos — Leite Chaves — Afonso Camargo — Dirceu Carneiro — José Paulo Bisol — José Fogaça.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília (DF), em 18 de maio de 1989

Senhor Presidente.

Comunico a V. Exª que determinei as seguintes alterações na composição das Comissões a seguir relacionadas:

1) Na *Comissão de Assuntos Econômicos*, substituir, na titularidade, o Senador Nabor Júnior pelo Senador Nelson Wedekin, e, na suplência, o Senador Nelson Wedekin pelo Senador Nabor Júnior;

2) Na *Comissão de Educação*, substituir, na titularidade, o Senador Ronaldo Aragão pelo Senador Nabor Júnior;

3) Na *Comissão de Relações Exteriores*, substituir, na titularidade, o Senador Nelson Wedekin pelo Senador Ronaldo Aragão.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero a V. Exª minhas expressões de apreço e estima. — Ronan Tito, Líder do PMDB

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— A comunicação lida vai a publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1988 (nº 17/88, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 144, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre consultas tripartites para promover a aplicação das normas inter-

nacionais do trabalho, adotada em Genebra, em 1976, durante a Sexagésima Primeira Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 18, de 1989, da Comissão

**— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.**

Em discussão o projeto, em turno único.

(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, o projeto será incluído oportunamente em Ordem do Dia, para votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa)

— Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

— Volta-se à lista de oradores.

— Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** (PDC —

TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sábado passado teve início, no Centro Geográfico do Estado do Tocantins, à margem direita do grande rio desse nome, a construção da Capital definitiva dessa nova Unidade da Federação, e que terá o nome de Palmas.

É mais uma realização de significado histórico, que se verifica dentro do cronograma definido pelo Governo Siqueira Campos, não obstante o quadro de dificuldades econômicas que o Estado atravessa.

Com firmeza e disposição o Governador vai consolidando, passo a passo, a implantação do Estado que o povo confiou à sua reconhecida capacidade administrativa.

Desprovido de recursos financeiros, o Estado do Tocantins já é uma realidade no contexto nacional, com seus poderes constituídos e com suas metas bem definidas em termos de bem-estar para seu povo.

O Governo vem atacando de frente os problemas considerados prioritários e urgentes nas áreas da educação, da saúde, da economia da produção, da agricultura, do transporte, do saneamento básico, da energia e da habitação.

Estradas estão sendo asfaltadas. Poços artesianos abertos. Escolas reconstruídas e recuperadas. Hospitais reestruturados. Casas populares estão sendo construídas nas cidades de maior porte. Redes de água e esgoto estão sendo implantadas. A segurança às comunidades está reforçada. Reina paz no Estado e a força de trabalho está com mãos às obras de construção.

Sábado, 20 de maio, um trator acionado pelo próprio Governador abriu as pistas que serão construídas em ruas, avenidas e praças da capital.

Fato histórico que encheu de orgulho a população tocantinense que em grande número e proveniente de todos os municípios, prestigiou festivamente o acontecimento, no qual via o resgate de sua libertação e a melhoria de sua sorte futura.

A capital foi planejada para responder primeiramente ao desafio da funcionalidade administrativa.

Terá prioritariamente a implantação do saneamento básico antes que se faça qualquer construção, na tentativa de resolver este problema fundamental.

Será uma cidade que deverá abrigar as repartições públicas e as residências de quantos nelas irão trabalhar.

Todos os serviços considerados essenciais estão previstos.

Não obstante representar um perfil de características eminentemente funcionais, a filosofia que o Governo Siqueira Campos procura imprimir em todo o Estado é a da livre iniciativa, sobretudo no campo da economia e da produção.

Esta filosofia terá seus reflexos na capital que está sendo edificada sem fazer concorrência de qualquer natureza com as cidades do Estado, consideradas pólos de desenvolvimento sócio-econômico do novo Estado.

Nasce, deste modo, uma cidade esperança, na qual irá prevalecer o caráter humanístico de prevalência do homem sobre o trabalho e o capital.

Essa preocupação humanística com a capital Palmas foi destacada desde a escolha do local onde irá situar-se, entre o lago formado pela represa da Usina Hidrelétrica do Lageado no Rio Tocantins e as fraldas de uma bela serra, onde predomina a paisagem verde de suas matas e campos.

O projeto da capital surgiu de experiências recentes de urbanização no Brasil e no exterior. Tem como objetivo maior "integrar a realidade do Tocantins aos princípios básicos de uma boa qualidade de vida para os ocupantes da nova capital".

Foram considerados elementos fundamentais para a consecução dessa integração do homem à cidade, a flexibilidade, a qualidade ambiental e a viabilidade.

"A flexibilidade — a concepção de Palmas baseia-se na manutenção da diversidade dentro dos padrões imutáveis. A partir de uma malha principal, a ocupação será liberada, sob padrões gerais de uso do solo e meio ambiente. Os módulos, denominados quadriculas, serão adensados mediante a aplicação de uma legislação básica, coerente com o interesse comum.

Qualidade ambiental — Palmas adotará padrão de ocupação menos denso, tendo o conjunto edificado com regulamentos que permitam sua integração ao ecossistema local. A inserção da cidade entre um futuro lago e os contrafortes da Serra do Carmo, hoje uma reserva ambiental, determinam padrões de ocupação amena, com densidade distribuída e possibilidades amplas de arejamento. As áreas verdes predominam tanto no tecido urbano principal, como no interior das áreas a serem ocupadas.

Viabilidade — todas as áreas para a construção de Palmas serão comercializadas pelo Estado, sendo que a receita obtida será destinada às obras da cidade. O Governo do Tocantins não desembolsará um centavo para erguer

sua capital. A ocupação gradativa dos espaços permitirá uma economia real, sem a perda das características do conjunto. O traçado de Palmas e seu zoneamento darão identidade própria à cidade, facilitando a compreensão de seus habitantes e tornando facilitados o seu trânsito, o transporte urbano e a fácil identificação dos endereços por seus habitantes e visitantes.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer, Senador Chagas Rodrigues.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Nobre Senador Antônio Luiz Maya, ainda na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, eu integrei o chamado Bloco Mudancista e lutei, ajudando Juscelino Kubitschek no sentido de transferir a Capital da República para o coração geográfico do País. Disso não me arrependo, pelo contrário, eu me envaideço. Quero comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que na Assembléia Nacional Constituinte tive a honra de presidir a Subcomissão dos Estados da Comissão da Organização do Estado, e muitos Constituintes pleitearam a criação de novas Unidades. Eu mesmo recebi convite para ir a diferentes regiões do País. Abri uma exceção: só visitei o Estado de Goiás. Fui a Goiânia e lá verifiquei que o Governador, o Vice-Governador, o Presidente da Assembléia Legislativa e os Deputados, de um modo geral, eram favoráveis à criação do novo estado. Achei aquele espetáculo verdadeiramente admirável. Goianos do norte e goianos do sul, todos compreendendo que a criação do Estado de Tocantins iria concorrer para o desenvolvimento econômico e social da região e para a melhoria das condições de vida daquelas populações. De modo que, como Presidente da Subcomissão, desde o início fui favorável à iniciativa. E, na Subcomissão, o hoje Governador, então Relator, Siqueira Campos, foi o baluarte dessa luta. Quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup>, com os novos Senadores e augurar um grande futuro para o novo Estado e sua Capital, a cidade de Palmas. E, aqui, V. Ex<sup>a</sup> pode ficar certo de que, naquilo que de nós possa depender, terá sempre a nossa boa vontade, a nossa ajuda, a nossa colaboração e o nosso apoio, para que a nossa Federação continue cada vez mais forte e cada vez mais equilibrada.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Chagas Rodrigues. Reconhecemos que a criação do nosso Estado deve muito a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente da Subcomissão dos Estados, na elaboração da Constituição brasileira. O Estado do Tocantins, fruto desse trabalho, nasceu de um consenso de todos aqueles que representavam os Estados da Federação. Nasceu sem contradição de qualquer natureza.

Apesar de hoje se constituir numa Unidade ainda frágil, não dispondo dos recursos necessários, os braços de todos os tocantinsenses estão irmanados no sentido de erguer um

grande Estado naquela parte que antigamente se chamava de norte de Goiás. E hoje temos a satisfação de dizer que o trabalho realizado por V. Ex<sup>a</sup> está tendo uma resposta. Várias empresas, hoje, segunda-feira, dia 22 de maio de 1989, já estão trabalhando na construção da Capital definitiva, com o nome de Palmas.

Exatamente anteontem, o Sr. Governador Siqueira Campos, Relator da Subcomissão, deu o primeiro impulso, quando acionou a primeira máquina, abrindo a primeira pista, que será uma grande avenida, na construção da Capital em pleno cerrado. Não existe lá, hoje, uma construção sequer, apenas alguns barracos de palha, que abrigaram, naquele sol reluzente do sertão, os visitantes que lá foram prestigiar o início dos trabalhos, que contou com a presença de cerca de 10 mil pessoas, de todos os Municípios do Estado do Tocantins e, também, de alguns Municípios do Estado de Goiás, todos eles acreditando na possibilidade de se fazer dessa Unidade da Federação um grande Estado.

Tocantins é, hoje, um Estado pobre, pobre de recursos, porém rico em potenciais, com uma população disposta a trabalhar, e suas terras produzirão grãos em quantidade para levarmos esses cereais sobretudo aos nossos irmãos do Nordeste. Região que será o nosso mercado consumidor preferencial. Naquela direção estão sendo hoje asfaltados 600 quilômetros de estrada para ligar o Tocantins ao Nordeste, através do Piauí e da Bahia. Está é a política de expansão das nossas fronteiras para os Estados-irmãos, dos quais dependemos tanto.

A população tocantinense, nobre Senador Chagas Rodrigues, tem muito a dever ao seu Estado, ao Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa nesta Casa tem muito a dever à Bahia, porque os primeiros que lá penetraram foram os piauienses, os maranhenses e os baianos.

Nós sabemos que a minha terra, Porto Nacional, que foi criada que saiu das entranhas da mineração do ouro no século passado, foi descoberta não por bandeirantes de São Paulo, mas por aqueles que procuravam os recursos da natureza, provenientes esses homens exatamente do Nordeste: os baianos, os piauienses e os maranhenses. A eles nós devemos demais. Hoje, nesta oportunidade, expressamos a solidariedade do povo tocantinense para com o povo baiano, que está sofrendo tanto as consequências das intempéries.

Se, por um lado, manifesto nossa alegria pela implantação da nossa Capital definitiva, por outro lado nós, os tocantinsenses, estamos chorando a perda irreparável de tantos irmãos nesse Estado da Federação que é a Bahia, castigada violentamente por torrenciais chuvas na sua Capital. Apresentamos a nossa solidariedade ao povo da Bahia, aos nossos irmãos baianos. Não temos como ajudá-los de melhor modo, porém a solidariedade humana, para nós, está acima de toda e qualquer ajuda material. Choramos as lágrimas dos baianos e haveremos, sem dúvida alguma, um dia, de trazer para a Bahia também a nossa solidariedade, sobretudo no sentido de recuperação

das perdas de vidas humanas, que são irreparáveis. Há possibilidade de uma recuperação da Capital, Salvador, uma das mais belas cidades do Território Nacional.

Damos prosseguimento, Sr. Presidente.

Com o seu moderno sistema de transporte de massa, o metrô de superfície, que será implantado de imediato na nossa Capital — em seu plano de implantação esse metrô é previsto —, e localizada nossa Capital no centro geográfico do Estado, Palmas foi planejada para materializar o sonho tocantinense de ter uma Capital moderna, singela, funcional e aprazível, para onde possam convergir todos os homens e mulheres que buscam o bem supremo da humanidade: a felicidade. Palmas, por simbolizar o ideal de uma sociedade livre, justa e solidária, será sempre lembrada pelas gerações futuras.

**O Sr. Wilson Martins** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Com muita satisfação, nobre Senador, representante do Estado do Mato Grosso do Sul, Wilson Martins.

**O Sr. Wilson Martins** — Felicito V. Ex<sup>a</sup> e, através de V. Ex<sup>a</sup>, como representante que é, nesta Casa, do povo de Tocantins, toda a família tocantinense, pela arrojada construção, agora iniciada, da Capital do seu Estado, denominada Palmas. Realmente, é uma obra, conforme V. Ex<sup>a</sup> acaba de relatar, que visa superar todas as dificuldades, e, segundo li na imprensa, essa cidade será construída com recursos hauridos da própria venda de terrenos, de imóveis, daquela área do novo Estado. Trata-se de um sonho, guardadas as proporções, como o de Juscelino Kubitschek, que construiu Brasília aqui, no Planalto, e superou todo o Brasil. Recordo-me, eu era prefeito de minha cidade, saí de lá num pequeno avião — era prefeito da UDN —, adversário político do Governo Federal, mas, tocado de civismo, vim especialmente para testemunhar o nascimento de Brasília. Minha emoção foi imensa quando, lá de cima, via correrem pelo asfalto filas e filas de veículos de brasileiros para virem à nova Capital para participar da grande festa do Brasil, que transferia a sua Capital da República. Espero que este sonho do Estado de Tocantins também se realize e haja recursos suficientes para que obra dessa envergadura se realize em um momento de crise e de dificuldades para o País. Esteja certo V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Antônio Luiz Maya, de que a solução dos problemas dos grandes Estados está na sua divisão, como preguei durante a Assembléia Nacional Constituinte. Votei favoravelmente ao desmembramento do Estado de Goiás e sustentei, em nome da Bandeira goiana, a criação do Estado de Tocantins. Fiz o mesmo em relação ao Estado do Triângulo, porque conheço as peculiaridades do Triângulo Mineiro. Citei essa circunstância no discurso que proferi durante a Assembléia Nacional Constituinte. Creio que se abre uma nova era para o Brasil. Uma das grandes reformas do Brasil reside justamente na subdivisão

dos imensos Estados que aí estão e que não conseguem deslanchar, devido às dificuldades administrativas, dificuldades essas que desaparecem com a criação dos Estados. Dou o testemunho do que acontecia com o Estado de Mato Grosso, um Estado conflituoso, que, pela sua imensidão, pelas suas diversidades regionais, não podia encontrar o fio da meada para o seu crescimento. Foi justamente com a sua partilha, feita durante o Governo Geisel, que começamos a crescer. Não somente uma das partes, mas ambas as partes. Cresceu Mato Grosso, que ficou com duas vezes e meia o território do Mato Grosso do Sul: temos apenas 350 mil quilômetros quadrados e eles ficaram com 800 mil quilômetros quadrados. Mato Grosso do Sul, com maior possibilidade de acesso aos grandes centros, aos grandes mercados, com terras de boa qualidade, cresceu extraordinariamente não só no campo da pecuária como no da agricultura e, agora, no da industrialização. O mesmo está ocorrendo com o Estado de Mato Grosso. E é o que vai ocorrer com o Estado de Tocantins: já temos aqui um Goiás próspero — creio, sem dúvida nenhuma, é o primeiro Estado do Centro-Oeste —, e agora se ergue, cheio de esperança, o segundo Estado, Tocantins, desmembrado do Estado de Goiás. Dou alvissaras a V. Exª e ao povo que o nobre colega tão nobremente representa nesta Casa.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Muito obrigado, nobre Senador Wilson Martins. V. Exª fala de cátedra, porque tem a experiência da criação de seu Estado, o Mato Grosso do Sul, que só trouxe benefícios, como V. Exª acaba de constatar, tanto para o Estado de que foi desmembrado, como para o território mãe, porque ambos prosperaram e, hoje, sabemos o nível de prosperidade de que desfrutam tanto Mato Grosso do Sul quanto Mato Grosso, propriamente dito. Há um nível de prosperidade invejável. E Tocantins, acreditamos exatamente na sua viabilidade, porque a história é a mesma e as regras que temos para seguir na implantação deste Estado são as mesmas que regeram os destinos de Mato Grosso do Sul, emancipado de Mato Grosso.

Portanto, nobre Senador, agradeço a V. Exª o aparte e, sem dúvida, recebo as alvissaras que V. Exª dá ao meu povo tocaninense, esperando que esse povo trabalhe com seriedade, com dinamismo, para dar uma resposta positiva a quem acreditou na criação do Estado de Tocantins.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Ouço o aparte do nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Agradeço, inicialmente, a V. Exª a manifestação de solidariedade ao povo baiano pela dificuldade que está enfrentando nos últimos tempos. Inicialmente, apesar do pronunciamento que fiz hoje, com tantos dados que representam as dificuldades que o País vem enfrentando, e não foi um pronunciamento com intenção pessimista, quis mostrar apenas que, se tivéssemos

um governo voltado para realmente atender às necessidades do País, administrar bem a coisa pública e respeitar as leis, não permitindo a impunidade com a qual estamos convivendo no nosso dia-a-dia, talvez a situação fosse um pouco diferente ou muito diferente da atual. Apesar de todas essas dificuldades, vejo o nascimento de um Estado. O nascimento de um Estado a favor do qual eu tive a oportunidade de votar três vezes — duas vezes com o veto do Presidente da República, e a terceira vez na Constituinte, com a força da Constituinte. Colocando na Constituição a nossa determinação, conseguiremos fazer implantar o Estado, que era não só o consenso do Estado de Goiás, como era consenso do Brasil inteiro, por sua representação política, que sabia da vontade dos goianos e do povo de Tocantins de fazer esse desmembramento. Defendendo na minha terra uma tese contrária à divisão do nosso território, eu sempre dizia que para Tocantins o meu voto seria favorável, que não haveria acordos políticos que permitissem mudar minha opinião, que aquele voto que eu dei, na primeira vez, seria dado também na terceira vez. Tanto como o nobre Senador Wilson Martins, desejo êxito total à ação administrativa do nosso ex-colega Siqueira Campos, com o apoio de V. Exª dos seus colegas da representação de Tocantins, para que possa este Estado nascer com aquelas perspectivas de desenvolvimento e ajudar também o desenvolvimento do nosso País. Seja feliz nessa empreitada, que é difícil, mas que V. Exª obterão êxito, porque sabemos que, quando a vontade predomina, todos os obstáculos serão vencidos. E V. Exª e seus colegas têm a vontade de fazer de Tocantins um Estado que terá por meta o desenvolvimento do Brasil.

**SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães. Temos a vontade de fazer deste Estado um verdadeiro Estado da Federação, dentro do contexto de desenvolvimento que o Brasil está hoje experimentando. Nesta oportunidade, devo lembrar que realmente o Estado de Tocantins está com a folha de pagamento dos seus funcionários em dia, já aumentou substancialmente o vencimento dos seus funcionários, e, com arrecadação própria, está trabalhando naquelas linhas de ação que acabei de mencionar. Dos recursos providos da participação do seu próprio povo, recursos originários do próprio Estado, dos impostos recolhidos, o Estado de Tocantins está dando início às suas obras.

Com referências à capital, é verdade a afirmação de que o Estado propriamente nada irá despendar. À medida em que são desapropriados, vendem-se os lotes. São várias as empresas que estão lá trabalhando e estão trabalhando para receber em lotes, mas com a condição de edificar, no caso, as residências indispensáveis à localização do funcionalismo público, residências essas que serão vendidas, posteriormente, a preço de mercado.

Portanto, a nossa esperança é que o empenhimento se realize e um dia possamos

dizer, de público, que o sonho se tornou realidade. A construção do Estado, simbolizada na construção da sua capital, vai trazer, sem dúvida alguma, uma nova estrela a brilhar na Federação do Brasil, se Deus quiser.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Concedo o aparte ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Nobre Senador Antonio Luiz Maya, eu não poderia deixar de prestar, de certa forma, o meu depoimento no momento em que V. Exª registra, neste instante, nesta tarde, o início da construção de Palmas, capital do seu Estado. Sou daqueles, que sempre lutou pela redivisão territorial do nosso País. Sempre entendi que o progresso só chega quando chega o poder. Quando chega o poder, chega a educação, chega a cultura, chegam os saneamentos básicos, chega a saúde, chega a previdência, chega tudo que é necessário para o atendimento das necessidades mais sentidas e básicas da população, do nosso povo. Por isso, nobre Senador, eu me aliei ao nobre Governador Siqueira Campos nos idos de 1971, quando aqui chegamos. Criamos uma Comissão Extraordinária para estudar a redivisão territorial na Câmara dos Deputados. Lá realizamos simpósios, seminários; ouvimos sociólogos, cartógrafos, historiadores, homens do norte, homens do sul de Goiás, e foi com esses depoimentos que Siqueira Campos, que de longo alimentava a sua quimera, o seu sonho de criar o Estado de Tocantins, elaborou o seu projeto. Votei, como votou o Senador Jutahy Magalhães, duas vezes — aprovado na Câmara, por duas vezes esse projeto foi vetado. E esta gestação continuou até o seu parto, que se deu com a Constituição. Agora está Siqueira Campos governando o Estado que ele tanto sonhou, feliz, porque ousou cultivar e alimentar um sonho e acalantar uma quimera. A sua quimera e o seu sonho são uma realidade e ninguém melhor, tenho certeza, nobre Senador Antonio Luiz Maya, poderá instalar e conduzir os destinos do novo Estado de Tocantins senão o seu Governador, porque o seu Governador ousou e realizou, e poucos de nós conseguimos mesmo ousando realizar os nossos sonhos. Tocantins foi o sonho de um povo, mas foi também sonho do Deputado Siqueira Campos, um sonho que o fez Governador. Agora S. Exª construindo Palmas, vai desenvolver o seu Estado, vai fazer aquilo que o tocaninense sempre desejou: espalhar as suas fronteiras, produzir grãos, levar ao Nordeste, ao Norte de nosso Brasil alimentos, melhorar a qualidade de vida de nossa gente. E esta será, tenho certeza, a contribuição maior do seu Estado, no momento em que se instala e começa a abrir os seus tentáculos, os tentáculos não de conquista e de expansão territorial, mas de integração, de se reencontrar com as suas origens, com o Piauí, com a Bahia, com o Nordeste e com o Brasil. Felicitoo pelo pronunciamento de hoje à tarde, e

rao povo de Tocantins, ao Governador Siqueira Campos, do abraço fraterno e amigo do povo de Sergipe, que represento nesta Casa. Muito obrigado, nobre Senador Antonio Luiz Maya.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Eu que agradeço, nobre Senador Francisco Rollemberg. Levarei esse abraço de V. Ex<sup>a</sup>, que tanto trabalhou também pela divisão territorial do Estado de Goiás e pela criação do Estado de Tocantins; levarei o seu abraço, sem dúvida alguma, ao meu povo e ao Governador do meu Estado, assim como o dos nobres Srs. Senadores que precederam V. Ex<sup>a</sup> e também se manifestaram favoravelmente à criação da nova Unidade da Federação.

**O Sr. Ronan Tito** — Nobre Senador, permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O meu povo está empenhado em fazer com que o Estado dê uma resposta a todos aqueles que acreditaram nele, na sua emancipação. Muito obrigado, nobre Senador Francisco Rollemberg.

Concedo o aparte, que para mim é motivo de muita honra, ao nobre Senador Ronan Tito, Líder do PMDB.

**O Sr. Ronan Tito** — Nobre Senador Antonio Luiz Maya, esta é uma notícia alvissareira que a Nação recebe: a criação de uma nova cidade, o preenchimento de um vazio demográfico. Qualquer grupo de técnicos ou qualquer pessoa que queira planejar este País — e até hoje vivemos muito a ditadura da informalidade, principalmente no que tange à ocupação de espaços vazios — pensará seriamente na ocupação desses vazios enormes que temos na interlândia brasiliense, principalmente porque nessa região há um extraordinário, um enorme suporte para toda a população. Há poucos dias estava lendo o estudo da Organização Mundial de Saúde, da ONU, informando que, se um homem numa cidade de até 500 mil habitantes tem um custo "X" para manutenção dos serviços de infra-estrutura, serviços urbanos, — numa cidade de mais de um milhão de habitantes ele tem um custo superior a 12, até 14 "X" dependendo do tamanho da megalópole. Temos cidades inviáveis neste Brasil continente, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados; cidades com dez milhões de habitantes e até mais. Quando se criou o Estado de Tocantins, com o apoio quase que unânime da Assembléia Nacional Constituinte, foi para nós todos, brasileiros, motivo de alento. É um novo espaço aberto, que se organiza para receber cidadãos brasileiros, novas cidades, principalmente para que as terras tão férteis dessa região, com uma regularidade de chuvas muito grande, possam multiplicar-se na produção, que já existe, de grãos, carne, para atender à população carente brasileira e à exportação. A notícia da construção da Capital, nos moldes em que meu conterrâneo Juscelino Kubitschek se inspirou para a criação de Brasília, parece-me mais acertada. Leve, por favor, Senhor Senador, ao Governador do Estado de Tocantins, de quem tive a honra de ser colega na Câmara

dos Deputados por dois mandatos, o meu abraço de parabéns e congratulações, principalmente de certeza de que esse Estado, dentro em breve, vai dar uma contribuição muito grande ao País, porque, com uma nova capital, com um novo centro de irradiação, outras, muitas outras cidades, se Deus quiser, nascerão em volta da capital do Estado de Tocantins, e também a produção deverá jorrar como leite e mel — está escrito na Bíblia —, pois sua região é bem uma Canaã, que poderá suprir as necessidades dos brasileiros. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, pedindo-lhe leve meus cumprimentos ao Governador do Estado e a toda sua gente. Como há muitos mineiros lá, peço a V. Ex<sup>a</sup> leve a eles também o meu abraço muito particular. Muito obrigado, nobre Senador.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Eu que agradeço, nobre Senador Ronan Tito. Levarei, sem dúvida alguma, o abraço de V. Ex<sup>a</sup> aos mineiros, que são muitos e nos estão ajudando, juntamente com brasileiros de todos os Estados. Muita gente está voltando os olhos exatamente para esse território, que não é um eldorado, mas que tem muita potencialidade.

**O Sr. Leite Chaves** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Tem o aparte o nobre Senador pelo Paraná.

**O Sr. Leite Chaves** — Congratulo-me também com V. Ex<sup>a</sup> e com o seu Estado. Lamentei não poder comparecer ao lançamento da pedra fundamental da nova cidade. Quero, contudo, mostrar como o Estado de V. Ex<sup>a</sup> já está sendo o ponto de deslocamento do eixo econômico do País. Uma grande indústria de tecelagem de sacó, de juta e malva, pretende ir para lá. Ao invés de ficar situada em outra parte do País, vindo a matéria-prima do Amazonas, pegando frete marítimo caro e por longo percurso, essa matéria-prima virá de Belém diretamente pela Belém—Brasília, passando naquele eixo. Também será um Estado produtor de grãos como Goiás e Mato Grosso, pois tornou-se o centro mais apropriado para uma indústria desse porte. Tanto é que esse grupo está sendo por mim orientado a ficar localizado numa daquelas regiões mais convenientes à sua instalação e ao aproveitamento dessa matéria-prima. Votei pela divisão do Estado, e V. Ex<sup>a</sup>, em Goiás, deram uma lição de sabedoria maior do que a dos mineiros, com os quais aprenderam política: V. Ex<sup>a</sup> se uniram para defender a criação do Estado. Parabéns.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Muito obrigado, nobre Senador Leite Chaves. Para nós é motivo de grande satisfação saber que também o Paraná nos está ajudando, e quantos paranaenses já estão lá montando suas empresas, para fazer com que o novo Estado de Tocantins progreda, prospere, transforme-se e seja uma verdadeira Unidade dentro do contexto da Federação brasileira.

**O Sr. Afonso Sancho** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Tem o aparte o nobre Senador Afonso Sancho, com muita honra.

**O Sr. Afonso Sancho** — Também me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>, pelo seu pronunciamento, que é muito oportuno. Quando V. Ex<sup>a</sup> falou que os paranaenses já estão lá, quero dizer que os cearenses também já estão. A maior indústria de avicultura do Ceará já está lá, procurando estabelecer-se para dar também continuidade ao desenvolvimento de Tocantins. Conhecedor profundo do Governador, meu velho amigo, tenho confiança absoluta de que esse Estado, dentro de pouco tempo, será uma das grandes unidades do Brasil.

**O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA** — Muito obrigado, nobre Senador Afonso Sancho. Entre os tocantinenses existem muitos descendentes de cearenses, e os cearenses chegaram lá na primeira hora, e trabalham conosco há muito tempo. É para nós motivo de orgulho ter em nossas famílias descendentes do Ceará, nobre Estado que nos deu o primeiro Governador de Tocantins.

Muito obrigado pela informação de que também indústrias da sua terra estão implantando-se em nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerro o meu pronunciamento feliz de poder estar aqui anunciando aquilo que se faz no meu Estado, como resposta àqueles que acreditaram na sua implantação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Ao concluir, nobre Senador Antônio Luiz Maya, o seu jubíloso discurso em homenagem ao lançamento da pedra fundamental da construção da capital do Estado de Tocantins, esta Presidência sente-se no dever de associar-se ao verdadeiro festival de congratulações com que o Plenário desta Casa saudou esse acontecimento altamente promissor para o destino do povo tocantinense e do povo brasileiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Wilson Martins.

**O SR. WILSON MARTINS** (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há sete meses aprovamos, nesta Casa, a Constituição Federal da República. Lembramo-nos todos das festividades daquele dia: as esperanças que se alinhavam em nosso coração e que se projetavam no coração de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, um dos títulos mais bem preparados por este Congresso, foi, sem dúvida, o Título VIII, Capítulo III, que trata da Educação. Esmerado, burilado, praticamente toda a representação da sociedade apresentou sugestões e propiciou alterações. E saímos cheios de confiança deste Congresso. Pensávamos todos que aquilo que ali estava escrito realmente seria cumprido. Contudo, rapidamente as nossas esperanças se desfizeram. As escolas de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus estão em greve; as universidades também, ainda agora, no meu Estado.

fui convidado pelos professores a visitar a nossa Universidade Federal. Era um lixo, Sr. Presidente! Em greve o pessoal do corpo administrativo, não se podia entrar numa sala que estivesse limpa. Em greve o corpo decente. Em greve o Hospital Universitário, 95% dos professores se acham em greve. 80% do Hospital Universitário está em greve. Em greve porque as perdas salariais são imensas, indizíveis. E este Congresso, ainda agora, através da Câmara dos Deputados, traz a garantia das perdas, aprovando um novo salário mínimo em faixas desiguais, projeto que virá para o Senado e, certamente, será por nós aqui aprovado. Em greve não somente pelas perdas salariais, mas também porque não há recursos para custeio. Não há recursos para investimento. Há hoje um verdadeiro sucateamento da universidade neste País. Como já houve no meu Estado o sucateamento da Bahia do Prata, como está havendo o sucateamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — uma das partes da Rede Ferroviária Federal.

Então, não sei, Sr. Presidente, o que vai bem neste País. É com tristeza que faço esta comunicação hoje aos Srs. Senadores, aos meus pares.

Os professores me apresentaram o seguinte quadro: em janeiro uma inflação, segundo o Dieese, de 33,78%; em fevereiro, de 18,41%; em março, 10,22%; em abril, 12%. Partindo-se de um salário de valor monetário igual a 100 em janeiro de 1989, o salário de abril de 1989 reduziu-se ao valor de 57,26%. Considerando uma inflação de 12% para abril de 1989, o salário de maio de 1989 cairá para o valor de 51,13%.

Esta é uma das razões da luta — as outras já foram mencionadas — da Universidade de Mato Grosso do Sul, que motiva a greve de 95% de seu corpo docente.

**O Sr. Leite Chaves** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leite Chaves** — Nobre Senador, hoje, pela manhã, recebi uma comissão de três alunos de uma faculdade particular — a UDF, daqui de Brasília. Os alunos vieram pedir a interferência do Senado no sentido de convencer os professores a voltar às aulas. É um movimento dos alunos para que os professores voltem às aulas. Esta é a primeira singularidade. A segunda singularidade é que os alunos estão vendo que as greves os prejudicam. A terceira singularidade é que a universidade é privada. Inclusive a Universidade do Distrito Federal tinha, e parece-me que ainda tem, o ex-Senador Eurico Rezende como Reitor, que, no passado, foi até Líder do Governo nesta Casa. Então encaminhei os alunos ao nobre Senador João Calmon, que é ligado à área de educação e apto a encaminhar o entendimento. O Brasil está-se sucateando e só quem está na passarela são a dívida, a inflação e as populações famintas e marginalizadas. Assim, só há apenas um caminho: ou aprovamos um projeto semelhante ao meu, suspendendo, imediatamente, o pagamento

dos juros e do capital por 10 anos, ou por qualquer prazo — quer dizer, temos que suspender-lo — ou, então, o Brasil explodirá mesmo. Este ano vamos pagar 17 bilhões de dólares de juros. Então, discussão para tratamento dessa dívida a nível convencional, a nível de entendimento, a nível de banqueiro, isto é impossível. São 900 bancos. O meu projeto — e V. Ex<sup>a</sup> é um dos grandes advogados desta Casa — é jurídico e legal. Temos que dar urgência a esse projeto, e a saída é o não-pagamento imediato, porque, do contrário, haverá uma explosão, e será uma explosão num caldeirão não fecundo, será a explosão de um caldeirão internamente sucateado.

**O SR. WILSON MARTINS** — Agradeço ao meu prezado colega Leite Chaves o aparte com que me honrou neste instante. Contudo, divirjo da sua colocação quanto à solução do problema da dívida externa pelo oferecimento de um projeto. Na situação em que nos encontramos, já hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores, precisamos discutir amplamente esse problema com a sociedade brasileira. Justamente neste instante em que vamos percorrer o Brasil ao lado dos nossos candidatos, quando todos os partidos se mobilizarão, é que vamos levar a consciência da situação do Brasil, da dívida que temos com esses 900 bancos a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. Vamos transmitir a nossos patrícios, que não conhecem nossa realidade, essa situação e vamos obter a sua adesão. Vamos trazer a sua adesão para uma fórmula construtiva de se resolver o problema do endividamento externo, porque, se partirmos unicamente para uma solução unilateral do não pagamento, através de uma decisão presidencial ou de uma lei deste Congresso, voltaremos a ter frustrados os nossos desígnios, como já aconteceu uma vez com o Presidente José Sarney, que, cheio de boa vontade, decretou a moratória e teve, humilhantemente, que voltar atrás, porque não pôde levá-la adiante.

**O Sr. Ronan Tito** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com todo o prazer, nobre Senador Ronan Tito.

**O Sr. Ronan Tito** — Nobre Senador Wilson Martins, V. Ex<sup>a</sup> traz, com a seriedade de sempre, temas candentes para esta Casa. Neste momento V. Ex<sup>a</sup> traz o assunto da paralisação da universidade. Traz também o nobre Senador Leite Chaves uma novidade: os estudantes pedem aos professores voltem às aulas. Fato paralelo, muito parecido, está acontecendo em Minas Gerais. E o pior é que, neste momento, muitas vezes o aluno fica vendo no professor um empecilho aos seus estudos, principalmente aqueles que estão terminando, já preparando suas festas de formatura, estão se sentindo ameaçados. Recebi em Minas, na última semana, a visita de alguns alunos que pretendem formar-se no meio do ano, dizendo que, inclusive, iriam retardar a sua formatura etc., e contaram os seus desacertos internos. Fico pensando, nobre Senador, que este País,

que tem tanta competência, que demonstrou durante todo este século que é capaz de crescer mais do que qualquer outro país do mundo, este País que é capaz de produzir uma safra agrícola atrás da outra com recordes que nenhum outro país do mundo conhece, este País que remeteu bilhões e bilhões de dólares para o exterior nestes quatro anos, este País encontrou formas inteligentes, por exemplo, de corrigir o capital. Temos, por exemplo, o *over night*. Já comeci a chamá-lo de "capital boêmio". É o capital da noite. O sujeito está dormindo, o capital está dormindo e o *over night* está corrigindo a inflação, porque a inflação — esta perversa inimiga do assalariado — corrói o salário de dia e de noite. Copiamos do modelo americano — antes tínhamos o *open marketing* e passamos a ter o *over night* — com tanta pressa, que não tivemos nem tempo de produzir um mecanismo. Não achamos um mecanismo até agora — parece-me que amanhã deveremos ter um aqui no Senado — para manter e corrigir o poder de compra dos salários na área privada. Como se trata de universidades e as grandes universidades brasileiras são públicas, vimos aqui a demonstração patente de V. Ex<sup>a</sup> de que o salário que comprava 100 hoje compra pouco mais de 50. E veja, vem o Governo agora com uma proposta de 30% de reajuste. Ora, 30% sobre 50 é 15. Perderam 50% e vão ganhar 15. Eu já disse, certa vez, que não existe nenhuma profissão tão nobre, tão extraordinária, quanto a do professor — e não existe mesmo.

Acontece que, apesar da honra de ser professor, o mestre, quando chega à roleta do supermercado, não paga as contas com o seu diploma nem com as honras do seu magistério: ele paga com dinheiro a conta da mercadoria que vai levar para casa. Nobre Senador Wilson Martins, neste momento em que V. Ex<sup>a</sup> levanta o problema de injustiça muito grande contra os professores universitários — e o futuro deste País está na universidade, está no ensino, está na educação, e, se não cuidarmos desta questão, qual será o futuro deste País — neste momento precisamos arranjar um mecanismo, urgente, que cubra e corrija — não sei se, à noite, ou se boêmio — precisamos de um mecanismo diuturno para corrigir a corrosão dos salários dos professores. Aplaudo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, tão brilhante; peço desculpas por me ter intrometido com a minha fala neste tema tão importante, mas não me pude conter. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. WILSON MARTINS** — Meu caro Líder Ronan Tito, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> não foi imprudente. Muito pelo contrário. V. Ex<sup>a</sup> me honrou muito com esclarecimentos e com um aparte magistral, e disse o que está na consciência de todos, que este é o grande tema do País: como avançarmos nesta democracia incipiente, como avançarmos na tecnologia, nas pesquisas, como qualificarmos o ensino das universidades, como darmos dignidade ao professor, roubando-lhe o salário a cada mês, se, de três meses para cá, ele já está

ganhando a metade do que estava ganhando em janeiro.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Com muito prazer, mas me permitiria lembrar o que está nos arts. 205 e 206, e incisos, da nossa Constituição, precisamente aquilo que estamos debatendo agora, neste instante, eu e o nobre Senador Ronan Tito.

"Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II — liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

V — valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

VI — gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII — garantia de padrão de qualidade."

É o que diz a Constituição. Este era o nosso sonho de ontem, essa é a nossa esperança de amanhã. Como, então, permitirmos artimanhas, tenham elas as origens que tiverem, como podemos fazer da tábua da Lei, da Lei Maior do País, da Lei que aprovamos ontem, justamente o nada, como podemos fazer, repito, tábua rasa daquilo que aprovamos com entusiasmo há seis meses?

Concedo o aparte ao Senador Rachid Saldanha Derzi.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Nobre Senador Wilson Martins, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> por trazer ao conhecimento da Casa a situação da universidade de Mato Grosso, que está há mais de um mês em greve. Realmente fui convidado para uma reunião e lá não pude comparecer. De forma que não estou bem a par das dificuldades em que a universidade se encontra neste momento. Conforme determina a Emenda João Calmon, 18% do Orçamento da Nação destina-se ao Ministério da Educação; e 25% dos orçamentos municipais, para a educação, que, nesta parte, achei exagerado, o município foi um pouco mais sacrificado. Se 18% realmente é muito, é necessário. Não seria possível que não amparássemos, realmente, a educação neste País. Informou-me o Ministro da Educação anterior que as universidades brasileiras consumiam mais de 80% do orçamento do Ministério da Educação. Então, é uma situa-

ção difícil. Se o Ministério da Educação tem 18% do Orçamento da União, as universidades consumiam mais de 80% do orçamento do Ministério da Educação. Assim, é praticamente impossível o atendimento real das necessidades das universidades. O que estava e está havendo, e até agora nenhum Ministro da Educação teve a coragem de assumir a responsabilidade de corrigir, são os desmandos que nas universidades do Brasil, formação de fundações, em que se consomem dinheiro ao seu bel-prazer, onde nomeiam, fazem orçamentos régios a funcionários e a professores. De forma que há uma desorganização, e o Ministério, estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, precisa tomar urgentes providências para corrigir, pôr em ordem, essa situação. À época, informaram-me que os ganhos dos professores e diretores das faculdades, dos reitores, eram exagerados. São informações que me deram naquela ocasião. Não tive a oportunidade de verificar a realidade. No entanto, há desmandos na grande maioria das universidades do Brasil, e o Ministério precisa corrigi-los, para que possa atender e pagar bem aqueles que trabalham, que estão realmente produzindo para as universidades. É preciso haver uma correção, estou de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> Vou conversar com o Ministro da Educação e fazer com que sejam tomadas essas medidas de correção, porque, ao que sabemos, ocorre um grande abuso na maioria das universidades do Brasil. Não podem consumir mais de 80% do orçamento do Ministério da Educação. Muito obrigado a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. WILSON MARTINS** — Eu é que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o aparte com que me honrou.

Nobre Senador Rachid Saldanha Derzi, se houve desmandos dentro da universidade, como V. Ex.<sup>a</sup> denuncia, se há desmandos ainda dentro das universidades e se os professores ganham em demasia, como V. Ex.<sup>a</sup> acrescenta, há, então, omissão por parte do Governo. Onde há desmandos, esses desmandos devem ser prontamente coibidos, se a autoridade tem pulso, tem firmeza, tem competência.

**O Sr. Leopoldo Peres** — Nobre Senador, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> com todo o prazer.

**O Sr. Leopoldo Peres** — O problema da universidade brasileira, a meu ver, não se resolverá enquanto não houver coragem política no Brasil para se tomar determinada providência. E qual é? No ano passado, assisti a uma passeata de universidade, pedindo ensino gratuito para todos. E à frente da passeata vinha o filho de uma das famílias mais ricas do Estado. O que isso significa? Significa que, neste País, os filhos das famílias mais abastadas, que têm maior capacidade e tempo para estudar, quase sempre, nos vestibulares, ocupam a maioria dos lugares. Alguém nesta República há de ter a coragem, algum dia, de dizer que o ensino gratuito é para aqueles que não podem pagar, e os que podem pagar, aqueles que levam as vantagens da boa situa-

ção de sua vida familiar, que ganharam facilmente os vestibulares, esses têm o direito e o dever de pagar, para acrescer o número de vagas, para que se pague melhor os professores, para que se dê o maior padrão de ensino neste País. É uma farsa dizer-se ou falar-se em ensino gratuito para todos. Ensino gratuito, o Poder Público deve àqueles que não podem pagar, para os homens de talentos que vêm de famílias humildes e que têm o direito de ascender socialmente. Ensino gratuito para filhos de ricos, é uma indignidade, uma iniquidade a toda sociedade.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Afonso Sancho** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Leopoldo Peres, pelo aparte com que me honrou.

Pela ordem natural dos apartes, eu o concederia, agora, ao meu nobre colega de Sergipe, Senador Francisco Rollemberg, e, em seguida, ao ilustre Senador Afonso Sancho.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Eminente Senador Wilson Martins, estava V. Ex.<sup>a</sup> presente à sessão em que ocupei a tribuna para defender projeto de lei da minha autoria, pelo qual propunha o ensino pago nas universidades. Propunha que o estudante, ao ingressar na universidade, teria que comprovar a sua necessidade e estabeleci um patamar relativamente alto como início de discussão: estariam isentos de pagamento das universidades aqueles cuja renda familiar ultrapassasse 20 pisos salariais. Era meu propósito, primeiro, coibir esse vício que estamos vivendo de o bancário pobre, o comerciante, o chofer de táxi, o filho da lavadeira, o menino que entrega recados, o carteiro, que ganham salários ínfimos, são eles, por força das circunstâncias, aqueles que ocupam e fazem vestibular nas universidades pagas. E eu pergunto: por quê? Primeiro, porque as universidades federais, até bem pouco tempo, reagiam à idéia de criar cursos noturnos, o que agora já ocorre. Como não havia cursos noturnos, esses jovens eram orientados para frequentar essas escolas, onde pagavam, no mais das vezes, uns com o salário que recebiam nos seus empregos, e, às vezes, complementado pelo pai, por um parente. E aqueles de melhores condições econômicas, que faziam os seus cursinhos, prestavam vestibular para as universidades públicas, esses obtinham uma excelente classificação, porque estavam mais bem preparados e porque dispunham de tempo para frequentar o curso diurno. Quer dizer, era um contrassenso. Assim, nobre Senador Leopoldo Peres, acaba-se, de uma vez por todas, com essa gratuidade indiscriminada da universidade brasileira. Além do mais, a universidade brasileira, que hoje ocupa excelente nível nacional e internacional, precisa encontrar também suas fontes de renda, ela poderia vender serviços na área de auditoria, de pesquisas de insusos farmacêuticos, de pesquisas biomédicas, na área de engenharia civil, topografia; em

suma, uma variedade muito grande de qualificações que nossos professores possuem e estão impedidos por um contrato de tempo integral, em dedicação exclusiva, e, por isso, não podem desempenhar essas funções nem a universidade vende os seus serviços. E ficamos todos parasitando, de certa forma, o Orçamento nacional. O Orçamento do Ministério da Educação foi sugado, digamos assim, em mais de 80% para financiamento dos cursos superiores. E fico a perguntar se seria interessante cuidar-se só do pico da montanha sem se cuidar de sua base; não sei como esse pico ficaria flutuando. Então, o que ocorre? Professores mal qualificados, obsolescência do material de ensino, absentismo, estudantes que deixam o curso a todo instante, a toda hora, porque não podem fazer coisa alguma. Não sei de que modo foram criados os cursos técnicos de nível médio, do segundo grau, dentro das necessidades regionais do País. E é assim que se vende a imagem da necessidade de se chegar à universidade a qualquer custo, a qualquer preço, sendo a universidade, de certa forma, uma fantasia. Por outro lado, foi criada uma série de cursos para os quais, no Brasil, não existe mercado de trabalho. O cidadão recebe um diploma e não tem como trabalhar no dia seguinte; simplesmente, não existe mercado de trabalho. Portanto, nobre Senador Wilson Martins, o perfil que V. Exª traça do problema do seu Estado é problema de todos os Estados da Nação brasileira. Temos de valorizar o mestre, temos que melhorar os salários dos professores, temos que dar à universidade condições para que também se autofinancie, para que tenha sua renda própria, que a universidade tenha formas de encontrar uma suplementação naquilo que a Nação, como um todo, não pode dar. Ela deve cobrar, ela deve vender serviços, entre outras coisas. Eram estas as sugestões que queria deixar ao alvitre e à reflexão de V. Exª

**O SR. WILSON MARTINS** — Sou muito grato aos nobres Senadores Leopoldo Peres e Francisco Rollemberg pelos apartes com que me honraram.

Realmente, a Constituição em vigor considera fundamental, no art. 208, o dever do Estado com a educação, dizendo que o ensino será obrigatório e gratuito. Essa gratuidade, realmente, deve ter obrigatoriedade em relação ao primeiro grau; em relação à universidade, ela terá obrigatoriedade na medida em que o Estado puder. Então, procede, no meu modo de ver, também aquilo que foi dito pelos meus nobres colegas.

É inteiramente fundado o projeto com que honrou esta Casa o nobre Senador Francisco Rollemberg, cuja discussão foi realizada em sessão da semana passada.

Sr. Presidente, reuniram-se em Brasília, no dia 20 de abril, os reitores das universidades federais. Depois de muito discutirem o tema que agora debatemos, resolveram condensar, em sete itens, as suas elucubrações, seguidas da reivindicação final para que o Governo aprove um pleito à SEED-MEC, para destinação emergencial às instituições federais de en-

sino superior, de 73 milhões, hoje alocados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, para projetos específicos, de acordo com os índices tradicionais.

**O Sr. Afonso Sancho** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. WILSON MARTINS** — Ouço o aparte de V. Exª, caro colega Afonso Sancho.

**O Sr. Afonso Sancho** — Ilustre Senador Wilson Martins, o autor do projeto, o nobre Senador Francisco Rollemberg, tenta regularizar essa distorção que existe nas universidades federais, e já expôs suas razões. Realmente precisa haver um freio. Não se pode conceber que filhos de papai rico utilizem todas as vagas da universidade e não se permita que aqueles que não têm condições financeiras, mesmo com possibilidade de serem aprovados, possam ser aproveitados. Embora considere esse projeto muito liberal, entendo que poderia ser mais ainda, ajustado às condições que existem atualmente no País. Já é o caminho para se encontrar uma solução para essa grande injustiça que acontece nas universidades federais do Ceará. Outro aspecto, essa mistura de dívida externa com o assunto de greve. Tenho a impressão de que já está na hora de não se misturar alhos com bugalhos. Às vezes, assisto aqui à mistura de assuntos que nada têm a ver com a dívida externa. Até parece aquele filme "Casablanca" em que o capital soprava o apito e dizia: "Prenha os culpados de sempre". Hoje, no Brasil, o culpado de sempre é a dívida externa. E muita gente não se lembra que essa dívida externa foi contraída para ser construído o metrô, foi para aparelhar portos; foi para fazer a melhor telefonia do Continente; foi para eletrificação; finalmente, tudo o que o País tem hoje foi feito com essa dívida externa. E mais, não estamos pagando essa dívida externa, razão pela qual ela atingiu essa quantia monstruosa. Quando chegou a 60 bilhões de cruzados, não pagamos mais nada. Temos apenas adiado a solução dessa dívida, acrescentado os juros. Até que foi muito interessante para o País, porque agora há esse sopro de compreensão maior de se reduzir a dívida externa, de se dar um prazo bem maior. A dívida externa do Brasil deveria ser paga em 30 anos, e com 10 de carência, dando-se dois fôlegos para os dois Presidentes que assumissem. Daí em diante é que passaria a pagar, porque não podemos pensar em calote. Se a União Soviética está pagando a dívida do czar; se o México está todo dia no Fundo Monetário Internacional e em todos os órgãos — no BID, no Bird — tratando da sua dívida externa; se a Argentina, também incomodada, já quer o seu presidente atual entregar o cargo ao futuro presidente, a fim de que ele possa melhor negociar essa dívida externa; então, por que o Brasil iria dar calote? Precisamos realmente parar de contrair empréstimos; precisamos obter um espaço suficiente, para que possamos tomar fôlego e conseguir investimentos. Mas só se conseguem investimentos modificando-se também muitas leis que são retrógradas. Ago-

ra mesmo o Deputado Victor Faccioni veio da Europa, e S. Exª não é um homem retrógrado. Lá lhe disseram que estamos atrasados 20 anos; estamos pensando no que eles pensavam vinte anos atrás, porque hoje todo mundo está-se abrindo ao capital estrangeiro. Não devemos ter medo de que venha para cá um grupo estrangeiro. Devemos sim, policial, fazer com que eles cumpram a lei, acima de tudo que cumpram a lei. Congratulo-me com V. Exª pelo assunto que está levantando, e endosso o pensamento do Senador Rachid Saldanha Derzi, de que neste meio há muita gente fazendo greve pela greve, mas não se necessita dessa greve — é preciso que também se examine este fato, muito importante no momento que atravessamos. Ultimamente o próprio incentivador das maiores greves no País está recuando, porque a greve já passou, o tiro já está passando da caça. É preciso que nós, homens de responsabilidade — e V. Exª é um deles, a quem muito admiro desde quando cheguei a esta Casa — é preciso que verifiquemos que nem todas as greves são justas. Há greves que se fazem apenas para atender a um instinto político, a um instinto anárquico, fato que hoje ocorre com muita frequência no País.

**O SR. WILSON MARTINS** — Nobre Senador Afonso Arinos, em relação ao primeiro item do aparte de V. Exª nada tenho a acrescentar àquilo que já foi dito; uma vez que há perfeita coincidência entre os argumentos expostos por V. Exª e aqueles outros expostos pelos nossos Colegas Leopoldo Peres e Francisco Rollemberg.

Em relação à dívida externa, divirjo um tanto de V. Exª. Creio que, quando o Brasil iniciou esses empréstimos, as taxas de juros flutuantes estavam no patamar de 0,5%. Havia muita oferta de recursos e o prêmio era baixíssimo. Entretanto, com o prosseguimento dos nossos negócios com as nações européias e com os Estados Unidos, ocorreu o agravamento da taxa de juros, agravamento imenso que chegou a 20%. Esses contratos passaram a ser criticados não apenas aqui, no Brasil, pela imprensa nacional e pela oposição brasileira; esses empréstimos eram considerados danosos à nossa economia pela própria imprensa americana. Esses empréstimos, então, devem ser, como estão sendo, submetidos a um critério, para se escoimar o joio do trigo. Precisamos examinar, na Comissão própria, a Comissão da Dívida Externa, à qual pertencem, criada nas Disposições Constitucionais Transitórias, o que devemos de capital, o que foi investido neste País, como disse V. Exª em telefonia e em outros empreendimentos, aquilo que é especulação, aquilo que é exploração, aquilo que é submissão da nossa economia a uma economia dominante. O que não podemos tolerar, o que não podemos permitir são as taxas de juros abusivas que foram cobradas em cima dessa dívida.

**O Sr. Afonso Sancho** — V. Exª permite mais um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Afonso Sancho** — Estou plenamente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> no que se refere a se verificar se houve alguém beneficiado com esses empréstimos. Se houve, o caminho dele deve ser a cadeia, porque o indivíduo que rouba do seu país é o pior criminoso que pode existir. Quanto às taxas de juros, não, porque as taxas de juros não eram segredo. Naquela época, no Governo do Sr. Carter, a inflação nos Estados Unidos estava a 18%. E as taxas de juros não podiam ser inferiores a 18%. Na Europa, também, as taxas de juros não estavam abaixo. Então, discutir-se taxas de juros, agora, penso não ser de bom alvitre para uma nação amadurecida, porque não foi segredo. Por outro lado, se alguém levantou dinheiro e recebeu grossas comissões, esse cidadão deve ir para a cadeia. Este é o lugar onde ele deve estar.

**O SR. WILSON MARTINS** — Creio, meu nobre Colega, todas essas demasias, sejam a título de prêmio, de juros, de comissões ou a que título forem, essas demasias deverão ser expurgadas dos nossos compromissos internacionais.

Evidentemente que não prego aqui o calote. Não seremos os caloteiros. Não seremos também os tolos, os idiotas, os elementos que irão fazer remessas indefinidas de capital, como nação subdesenvolvida, justamente aos países capitalistas.

**O Sr. Leopoldo Peres** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Com prazer, ouço V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Leopoldo Peres** — Nobre Senador Wilson Martins, ouvi atentamente a intervenção do ilustre Senador Afonso Sancho e em parte concordo com S. Ex.<sup>a</sup> quando diz que, no Mundo cada vez mais interdependente, o Brasil deveria abrir os braços e receber melhor o capital estrangeiro; concordo com S. Ex.<sup>a</sup> em parte. Mas é preciso que se diga, também, e é muito importante no momento atual, muita gente defende aqui as aplicações estrangeiras e se esquece de que vêm grupos estrangeiros, obtêm uma série de vantagens e subsídios do Governo brasileiro, instalam-se e, a partir daí, através de um sistema de *lobby* e de cartelização, impedem até a vinda de outros grupos estrangeiros. Temos exemplos de empresas estrangeiras que, desde o Governo Juscelino Kubitschek, se instalaram aqui, fabricando produtos de acabamento inferior, a preços abusivos, e tiveram a audácia, durante o Plano Bresser, de ir ao Presidente da República, de dedo em riste, dizer que não atenderiam à disposição do Ministro da Fazenda de congelar os preços dos seus produtos. Modesto como sou, estivesse eu na Presidência da República teria dito a esses cidadãos estrangeiros, com a maior tranquilidade do mundo: V. S.<sup>as</sup> estão amparados pela legislação e pela Constituição, mas amanhã mesmo sai o meu decreto concedendo à fábrica japonesa do Recife as mesmas vantagens que os senhores tiveram em São Paulo. A grande verdade

é que há uma cartelização de grupos estrangeiros explorando a economia nacional.

**O SR. WILSON MARTINS** — Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Nobre Senador Wilson Martins, quando for oportuno, gostaria de apartear-lo.

**O SR. WILSON MARTINS** — Darei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup> em seguida, meu caro Colega, nobre Senador Jutahy Magalhães.

Não podemos, Sr. Presidente, ver as universidades como se encontram — e voltarei ao tema central deste discurso. Não podemos ver em Campo Grande — Capital do meu Estado, em Brasília — Distrito Federal, e nos demais Estados da Federação, as universidades fechadas, os professores sem remuneração adequada, os alunos sem aula, os campos de pesquisa vazios e o País sem perspectivas.

— Este é o tema central do meu discurso.

Dizer-se que isso não tem relação com a remessas que fazemos seguidamente ao exterior de tudo o que produzimos, é ignorar realmente a situação econômica do Brasil.

Produzimos e enviamos ao exterior soja, café, minério de ferro, carne e um sem-número de produtos também manufaturados. Todos esses produtos rendem uma quantia expressiva de dólares. As importações que fazemos são em quantidade bastante inferior às nossas exportações. Apresentamos a cada ano um superávit que é todo ou quase todo enviado para o exterior em forma de juros, de pagamento aos países capitalistas. Isso é justamente o que faz falta aos investimentos que deveríamos realizar no Brasil. Faz falta às nossas universidades; faz falta à construção das nossas escolas; faz falta a tudo aquilo de que carecemos no Brasil, na condição de país espoliado pelos donos do capital.

Concedo o aparte ao nobre Companheiro Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Nobre Senador Wilson Martins, V. Ex.<sup>a</sup> está abordando, como sempre, assunto da maior gravidade, da maior seriedade, analisando-o dentro de um quadro geral, inclusive econômico.

Há uma relação, como V. Ex.<sup>a</sup> vem afirmando, das dificuldades que o País enfrenta para gastar em investimentos necessários ao seu desenvolvimento, seja na área da educação, seja na área de saúde, seja em qualquer área, como aquilo que vem despendendo para pagar juros, serviço da dívida, em referência ao débito tremendo que temos hoje com os países desenvolvidos. Os dados do próprio Ministério do Interior do atual Governo dizem: "se os juros cobrados da dívida externa brasileira fossem de 5%", — que é a taxa tradicional, e já chegou a mais de 20%, como V. Ex.<sup>a</sup> afirmou — "e não de 12% ao ano, economizaríamos o suficiente para implantar, a cada ano, uma hidrelétrica como a de Xingó, 1.570 km de ferrovia, o dobro da área irrigada do Nordeste, com 300 mil hectares, e ainda sobriam 900 milhões de dólares". Veja V. Ex.<sup>a</sup> a diferença entre pagar 5% e 12% em um ano,

como taxa de juros. O Presidente José Sarney declarou outro dia que já pagou no seu Governo 86 bilhões de dólares de juros; isso representa 2,3 vezes o que a União está despendendo com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário, com as Forças Armadas, com a educação, com a saúde, com a agricultura, com a Ferrovia Norte-Sul, com todas as mordomias que existem neste País, todos os gastos de investimento; isso com os juros que foram pagos na atual Administração. Portanto, a educação tem muito a ver com a dívida externa. Tudo isso está aí provando que, se tivéssemos mais recursos para investir dentro do País, estaríamos numa situação muito melhor do que a que temos hoje.

**O SR. WILSON MARTINS** — Esta, nobre Senador Jutahy Magalhães, a verdadeira tese, a tese que V. Ex.<sup>a</sup> sustenta, dando suporte ao pronunciamento despretensioso que faço neste instante.

**O Sr. Antônio Luiz Maya** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Com prazer.

**O Sr. Antônio Luiz Maya** — Nobre Senador Wilson Martins, V. Ex.<sup>a</sup> traz à discussão tema que requer especial atenção desta Casa — educação em crise. Educação na qual vemos as nossas escolas de 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> graus, tanto da rede oficial como da particular, paralisadas praticamente. Preocupa-nos, e muito, a situação nacional, por que o desenvolvimento da própria Nação e o bem-estar da população estão em função do desempenho das nossas escolas. Educação é fator primordial de desenvolvimento e de bem-estar. Este tema precisa de muita reflexão. As universidades estão paralisadas, não há dúvida alguma, em todo o Território Nacional. O problema da Universidade do Estado de V. Ex.<sup>a</sup> é o mesmo da Universidade do Estado de Goiás. É a educação é problema do meu Estado, Tocantins, que ainda não conta com Universidade, mas as suas escolas isoladas, de nível superior, atravessam a mesma crise; falta de recursos para promover a educação na área de pesquisa, de ensino e a extensão. A universidade luta por autonomia.

A universidade quer ser autônoma. Não obstante esta palavra estar inserida no Estatuto das universidades, não é real a autonomia de que elas desfrutam — autonomia pedagógico-didática, administrativa, financeira e econômica.

Devemos conceder essa autonomia à universidade. Devemos pensar nisso, para que ela resolva seus problemas, sua crise e tenha condições de crescer. Se tivesse autonomia gerencial, poderia a universidade analisar a sua situação e, quem sabe, fazer cortes drásticos, a fim de poder equacionar o problema financeiro às suas reais necessidades. Por estes motivos, está faltando — acredito — à universidade no Brasil a real autonomia, sobretudo às nossas universidades oficiais. Se elas recebessem os recursos que lhes são destinados globalmente e gerenciassem esses recur-

sos, talvez não houvesse tanta necessidade de deflagrar greve para poder aumentar o vencimento dos seus funcionários e professores. Falou-se aqui nos vencimentos de professores como se fosse algo de outro planeta, como se os professores estivessem numa situação de marajás. Não é verdade, nobre Senador. V. Ex.<sup>a</sup> conhece a situação real. Os professores são mal remunerados. Houve época em que os seus vencimentos eram equiparados até aos de desembargadores. Hoje, não. O professor recebe talvez o pior vencimento, em termos de qualificação. Todos eles são qualificados a nível de professores de 3º grau. Entretanto, seus vencimentos não correspondem às suas qualificações, razão pela qual, de algum modo, estou a dizer, que eles estão lutando por uma causa que é de sobrevivência, para poderem realizar um trabalho de importância. Vamos dar a mão a esses professores, vamos dar a mão à universidade, dando-lhe competência gerencial para que ela possa demonstrar, sobre tudo, maturidade, e possa resolver, do melhor modo possível, os seus problemas internos. Com autonomia pedagógica, didática, administrativa e, sobretudo financeira e econômica, poderá a universidade sem dúvida alguma, crescer, e não teremos, constantemente, de lastimar a situação do ensino em nosso País. Esta a contribuição que queria trazer ao discurso magnífico que V. Ex.<sup>a</sup> está proferindo neste momento de reflexão, que considero da maior importância.

**O SR. WILSON MARTINS** — V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Colega, reclama da falta de autonomia das nossas universidades. O que significa isto? Significa que o texto constitucional, recentemente aprovado, no seu art. 207, não tem eficácia. Diz o texto:

"Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão."

Lei existe. A questão é a eficácia. Temos o princípio, mas não temos a aplicação. Eis o problema que V. Ex.<sup>a</sup> põe sob equação e que, agora, se mostra translúcido.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Nobre Senador Wilson Martins, V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. WILSON MARTINS** — Com muito prazer, meu nobre Companheiro.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Eu não pude resistir e apelei para que um Colega me substituisse no plantão da Presidência, para vir apartear-lo, porque este assunto, para mim, é vital, e, para o Brasil, é um assunto mortal. Se se destrói a educação, se se sucateia a educação em todos os níveis, está-se chegando ao cúmulo do sucateamento deste País, que já está sucateado de todas as maneiras. O aparte do nobre Senador Antônio Luiz Maya me fez lembrar essas coisas, a gente vai envelhecendo e não se vai conformando como elas acontecem neste País. Quando fundamos a Univer-

sidade de Brasília, fundamo-la com o estatuto de fundação, porque tínhamos a ilusão de que como fundação, ela poderia gozar de todas as autonomias. Além da autonomia acadêmica, da universitária, de pensamento, de pesquisa, de ensino, enfim, de todas as formas de autonomia intelectual, ela teria autonomia econômica e financeira. Veio o autoritarismo e a fundação passou a ser tratada de maneira ainda mais submetida do que a chamada universidade de administração direta do poder público. Meu caro amigo, meu caro Colega Wilson Martins, o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, que é um brado de alerta para este País, realmente conforta a alma deste velho lutador da educação, que pela educação luta desde os 18 anos e chega aos 73 lutando ainda no mesmo lugar — o que é triste é que é no mesmo lugar. Estamos todos no mesmo lugar, desde que se fundou a ABE — Associação Brasileira de Educação — e eu era um jovem de 18 anos, e nessa luta estava ao lado de Anísio Teixeira, de Fernando Azevedo e de outras grandes figuras da educação nacional, e nós vínhamos lutando por isso, para que este País tenha uma educação digna e decente, uma educação à altura das suas necessidades como nação. Ainda outro dia eu dizia aqui — creio que num discurso, ou num aparte, porque eu não registro quando de trata deste assunto — que a educação, que devia ser a prioridade nº 1 deste País, está sendo tratada como a última das prioridades. Meu Deus do Céu! Que Deus se apiade deste País!

**O SR. WILSON MARTINS** — Exato, meu querido Companheiro Pompeu de Sousa, que Deus se apiade deste País. E essa piedade deve começar pela abertura das universidades e o comparecimento dos estudantes às aulas, através da satisfação das reivindicações que fazem os funcionários do corpo administrativo e os professores, que nada mais querem senão recursos para que se aplique melhor a universidade nas despesas de custeio, nas despesas de pesquisa, nas despesas de extensão; e que, finalmente, os estudantes voltem às aulas e se pacifique o campo universitário.

**O Sr. Mauro Benevides** — Permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. WILSON MARTINS** — Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O Sr. Mauro Benevides** — Nobre Senador Wilson Martins, congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> pelo pronunciamento oportuníssimo que faz na tarde de hoje, focalizando, especificamente, a situação das universidades brasileiras. Há uma semana ocupei a tribuna do Senado, por delegação da Liderança do meu partido, exercida na ocasião pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, e, naquela ocasião, com base num telex que havia recebido do Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará, alinhava aquelas reivindicações reputadas fundamentais pelos docentes do meu Estado, desejosos de fazer cessar o movimento grevista em que havia ingressado, com o atendimento daquelas postulações indiscutivelmente justas, legítima e que foram subme-

tidas, desde o dia 27 de março, à apreciação do Sr. Ministro da Educação, Deputado Carlos Sant'Anna. Já deflui um prazo significativo do ingresso desse pedido até à deflagração da greve, salvo engano, mais de 40 universidades se encontram nesse movimento de paralisação, sem que se tenha conhecido nenhuma providência concreta, positiva e eficaz que possa justificar o retorno dos professores e dos alunos à sala de aula, dos funcionários, enfim, à normalização da vida universitária brasileira. Vindo V. Ex.<sup>a</sup> hoje à tribuna, para abordar com muito mais profundidade o problema da universidade em nosso País, faço votos para que as suas palavras ressoem junto ao Ministério da Educação, junto ao Ministério do Trabalho, porque envolvem também reivindicações salariais dos nossos mestres e dos funcionários; enfim, que possamos assistir ao término dessa greve, com a reabilitação da universidade — universidade com autonomia técnica, pedagógica, administrativa, financeira, conforme previsto na Carta Constitucional que promulgamos no dia 5 de outubro de 1988. Faz, portanto, V. Ex.<sup>a</sup> mais um alerta, mais uma conclamação, e estamos solidários com o teor do seu pronunciamento, na tarde de hoje, na tribuna do Senado Federal.

**O SR. WILSON MARTINS** — Nobre Senador Mauro Benevides, é justamente isto que anseio, é justamente isto, através dos apertes, que anseio o Senado: que essas reivindicações das universidades cheguem e sejam atendidas pelo Ministério da Educação, que, até aqui, tem estado frio, indiferente aos pedidos, às constantes reclamações dos corpos docente e docente das universidades brasileiras.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Wilson Martins?

**O SR. WILSON MARTINS** — Como não, meu caro Colega Chagas Rodrigues.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Nobre Senador Wilson Martins, podemos verificar que fala V. Ex.<sup>a</sup> em nome de todo o Senado, e o Senado, nesta hora, mais do que nunca, traduz os anseios de todo o povo brasileiro. Há poucos dias, tive oportunidade de expressar minha solidariedade aos professores, aos alunos e aos servidores da Universidade Federal do Piauí, à qual estou muito ligado, por ter sido, na Câmara dos Deputados, o Relator da Comissão Mista que apreciou o projeto referente a criação dessa Universidade. Agora congratulo-me com V. Ex.<sup>a</sup> e o parabênizo. Nesta oportunidade, quero, mais uma vez, ficar ao lado das universidades de todo o Brasil. E, tanto quanto V. Ex.<sup>a</sup> e os ilustres Senadores que tiveram a honra de apartear-lo, espero aqui que o Governo se sensibilize e torne providências concretas e imediatas, indo ao encontro das justas reivindicações das nossas universidades. Um país sem universidades é um país sem futuro.

**O SR. WILSON MARTINS** — Muito obrigado, nobre colega Chagas Rodrigues. Esse anseio de V. Ex.<sup>a</sup> e diz bem o nobre Colega,

é o anseio de todo o Senado. Sr. Senador, resta-nos esperar que as nossas palavras, os nossos pedidos, as nossas reclamações não fiquem apenas dentro desta campânula. Que elas cheguem até à sociedade, cheguem até àqueles que podem prestigiar os professores, podem prestigiar as universidades, dizer-lhes que têm razão na sua luta, dizer-lhes que estão certos, dizer-lhes que estão agindo dentro do teor daquilo que diz a Carta Magna que promulgamos neste País, dizer-lhes que é justamente isso de que o Brasil necessita: que as universidades funcionem e preparem sempre melhor a juventude brasileira para os grandes dias do futuro.

Peço, por último, Sr. Presidente, que a "Carta Aberta à População", feita na minha Universidade, conste do teor do meu discurso. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. WILSON MARTINS EM SEU DISCURSO:

##### "CARTA ABERTA À POPULAÇÃO"

Estamos em greve porque estamos a favor da sociedade em que vivemos, não desencadeamos uma greve por interesses mesquinhos, mas para assegurar nosso poder aquisitivo e nossos salários. Muito mais que isso, queremos assegurar a sobrevivência do ensino público e gratuito. Sem verbas para a educação corremos o risco de nos tornarmos objeto de exploração de algum industrial da ignorância, que entende o ensino como uma mercadoria que deva dar lucro. Nós, os funcionários da UFMS, queremos um ensino qualitativo onde nossos filhos e os filhos de todos os brasileiros possam ter orgulho de uma escola pública. Somos funcionários de uma Universidade e gostamos de trabalhar nela. Não é possível ver essa Universidade definindo dia a dia, sem recursos para desenvolver um trabalho consequente. Enquanto definirmos vemos estampados nos jornais os crimes financeiros que envolvem recursos públicos jogados nos bolsos de uma minoria que certamente, não são os trabalhadores. Uma parcela desses recursos geralmente é muito maior que o orçamento solicitado para a educação nesse País; no entanto esses homens estão aí apostando em um novo golpe contra o Estado Democrático. Inocência dizer que a democracia nesse País não é um fato. Essa foi a grande conquista da Nova República. Negar a Democracia é fazer crer que não avançamos politicamente e não conquistamos nada com nossa luta. Nossos corpos nas ruas com uma única ideia na cabeça: *Um País Democrático para nós e nossos filhos*. E hoje conquistamos um País democrático, hoje queremos um País socialmente mais justo e esse é o nosso caminho. Nossa greve se insere nesse próximo passo. Sem a sua solidariedade, sem a sua presença, nós não vamos conquistar nada. Pois com o povo na rua a tirania sempre recua. Compreendemos perfeitamente a comunidade quando ela cobra dos dirigentes da Universidade, posturas relativas ao atendimento do Hospital Universitário, mas gostaríamos de ter

reciprocidade ou seja; que a mesma sociedade entendesse que a nossa luta é legítima e justa, pois, a escassez de recursos tem contribuído para as deficiências no atendimento geral àqueles que de alguma forma procuram o serviço do Hospital Universitário.

#### COMANDO DE GREVE DA UFMS."

*Durante o discurso do Sr. Senador Wilson Martins o Sr. Senador Pompeu de Sousa deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Antônio Luiz Maya.*

*Durante o discurso do Sr. Senador Wilson Martins, o Sr. Senador Antônio Luiz Maya deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Pompeu de Sousa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Presidente, Srs. Senadores, em solenidade presidida pelo eminente Ministro Evandro Gueiros Leite, foram empossados, a 18 de maio de 1989, os sete novos Ministros que passaram a integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ), instituído pela nova Constituição, com poderes que se assemelham aos do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente José Sarney escolheu os sete Ministros, cujos nomes foram aprovados pelo Senado Federal, levando em consideração o perfil técnico-profissional, a experiência e as qualificações culturais dos desembargadores indicados pelo Superior Tribunal de Justiça oriundos de diversas unidades da Federação.

São os seguintes os nomes dos ilustres ex-Desembargadores recém-empossados: Luiz Vicente Cernicchiaro, paulista, 60 anos, nascido na cidade de Quatá; Luiz Carlos Fontes de Alencar, nascido na cidade sergipana de Estância, em 1933, formado pela Faculdade de Direito do Recife, Pernambuco, mas que atuou durante toda a sua vida jurídica em Sergipe; Raphael de Barros Filho, paulista, 60 anos; Waldemar Zveita, natural de Brasópolis, Minas Gerais, com 58 anos; Athos Gusmão Carneiro, nascido há 64 anos na cidade gaúcha de São Leopoldo; Francisco Cláudio de Almeida Santos, nascido em 1935, em Parnaíba, no Piauí; e Sálvio de Figueiredo Teixeira, de Pedra Azul, em Minas Gerais.

Compareceram à cerimônia de posse os Ministros Oscar Dias Corrêa, da Justiça, representando o Presidente José Sarney; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; João Alves Filho, do Interior; Ivan de Souza Mendes, do SNF; os Governadores Antônio Carlos Valadares, de Sergipe, Joaquim Roriz, do Distrito Federal, Moreira Franco, do Rio de Janeiro, o Dr. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República. Estiveram, também, presentes as mais altas autoridades do Poder Judiciário, Ministro dos Tribunais Superiores, Desembargadores, dentre eles o Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe, Desembargador Fernando Fran-

co, Juizes e inúmeras personalidades, além dos convidados especiais.

É com justificada satisfação, como representante de Sergipe no Senado Federal, que destaco a posse do Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar, aliás, o mais votado no Superior Tribunal de Justiça, com 22 votos, que se revelou, em Sergipe, um juiz íntegro e magistrado exemplar, tendo sido, inclusive, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Professor-Adjunto do departamento de direito, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, responsável pelas disciplinas de processo penal, Teoria Geral do Processo e Organização Judiciária, o Ministro, Luiz Carlos Fontes de Alencar é, também, autor de vários trabalhos no âmbito da sua especialização.

Tive a grande satisfação de ser o Relator da Mensagem nº 77, do Presidente José Sarney, propondo o seu nome para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, no dia 13 de abril de 1989, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ao felicitá-lo, desejo igualmente congratular-me com os seus eminentes pares, formulando votos no sentido de que obtenham êxito integral no desempenho das respectivas atribuições, contribuindo para o crescente prestígio e permanente aprimoramento do Poder Judiciário, sempre a serviço do primado da justiça, da paz e do bem-estar da sociedade brasileira.

Solicito que seja incorporado ao texto deste pronunciamento o *curriculum vitae* do Ministro Luiz Carlos Fontes de Alencar.

Eram estas as sucintas considerações que desejava fazer na oportunidade em que o novo Superior Tribunal de Justiça (STJ) inicia a sua trajetória no roteiro da modernização das nossas instituições jurídicas. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

##### CURRICULUM VITAE

##### LUIZ CARLOS FONTES DE ALENCAR

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

#### 1. Dados Pessoais

Nome: Luiz Carlos Fontes de Alencar.

Filiação: Clodoaldo de Alencar e Eurydice Fontes de Alencar.

Data e Local de Nascimento: 31-12-1933, Estância — SE.

Estado Civil: Casado com Ilma Santos de Alencar; o casal tem os seguintes filhos: Luiz Carlos, Gisela, Moema e Daniela Santos de Alencar.

Carteira de Identidade: nº 64.134, emissão de 19-6-69, do Instituto de Identificação "Carlos Meneses", da Secretaria de segurança Pública do Estado de Sergipe.

Título de Eleitor: nº 31828921-43 — Zona: 002 — Seção: 0183 — Aracaju — SE.

## 2. Cursos

### Curso Universitário:

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, turma 1958.

Curso de Doutorado em Direito, na mesma Faculdade, em 1959/60.

### Outros Cursos:

História, promovido pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário — Aracaju, em 1957.

Direito Agrário, sob a orientação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, em 1970.

Direito Penal, sob a orientação do Departamento de Ciências Penais da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, em 1971.

Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, realizado em Aracaju pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em 1972.

Curso Superior de Guerra — Escola Superior de Guerra — Rio de Janeiro — 1980.

## 3. Atividades na Magistratura

— Juiz de Direito da Comarca de Tobias Barreto — SE, de primeira entrância — 1961.

— Juiz de Direito da Comarca de Maruim — SE, de primeira entrância — 1968.

— Juiz de Direito da Comarca de Itabaianinha — SE, de segunda entrância, promovido por merecimento — 1969.

— Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Aracaju — SE — 1979.

— Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, promovido por merecimento — 1979.

— Foi membro, por dois biênios (1972/74 — 1974/76), do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

— Integrou a Comissão de elaboração do projeto de Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral — 1972.

Foi, por duas vezes, Corregedor Regional Eleitoral (11-7-1972/8-4-1974 e 30-10-1975/5-4-1976).

— Integrou a Comissão encarregada da elaboração do projeto de Organização Judiciária do Estado de Sergipe — 1975.

— Diretor do Fórum da Comarca de Aracaju-SE — 1979.

— Membro da Comissão de Organização Judiciária — 1979.

— Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe — 1981/82.

— Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe-biênio 1985/87.

## 4. Atividades no Magistério Superior

— Professor Adjunto do Departamento de Direito, do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Sergipe, responsável pelas disciplinas Processo Penal e Teoria Geral do Processo e Organização Judiciária.

— Já lecionou as disciplinas Direito Penal II, Processo Penal Militar e Processo Penal Especial, no Curso de Direito do mencionado

Departamento da Universidade Federal de Sergipe.

— Integrou a Comissão Examinadora do Exame de Seleção para Auxiliar de Ensino do Departamento de Direito Privado da referida Faculdade, em 1974.

— Integrou a Comissão Examinadora do Concurso de Professor Assistente do Departamento de Direito Público da referida Faculdade, em 1977.

— Integrou o Conselho Universitário da Universidade Federal de Sergipe, como representante da Faculdade de Direito, em 1972.

— Integrou o Conselho do Ensino e da Pesquisa, da mesma Universidade, por três mandatos — 1974/75/76.

— Vice-Reitor da Universidade Federal de Sergipe. 1977/02/1979.

## 5. Participação em Congressos, Seminários e Simpósios.

— I Encontro de Magistrados e Membros do Ministério Público do Estado de Sergipe — Aracaju-SE, em 1958.

— I Seminário do Ministério Público, promovido pela Associação Sergipana do Ministério Público — Aracaju-SE, 1969.

— IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins, como representantes do Estado de Sergipe — Recife-PE, em 1970.

— II Seminário Sergipano do Ministério Público, promovido pela Associação Sergipana do Ministério Público — Aracaju-SE, 1971.

— IV Simpósio de Estudos Jurídicos, promovido pelo Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe — Aracaju-SE, 1973.

— III Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, como representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe — Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP, 1973.

— III Seminário Sergipano do Ministério Público, promovido pela Associação Sergipana do Ministério Público — Aracaju-SE, 1973.

— IV Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, como representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe — Universidade Federal do Pará — Belém-PA, 1974.

— V Simpósio de Estudos Jurídicos, promovido pelo Conselho do Desenvolvimento Econômico do Estado de Sergipe — Aracaju-SE, 1974.

— Simpósio sobre Resultados Práticos da Aplicação do Novo Código de Processo Civil, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros e pela Universidade do Estado da Guanabara — Rio de Janeiro, em 1974.

— V Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, como representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe — Universidade Federal do Espírito Santo — Guarapari-ES, 1975.

— VI Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, como representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe — Blumenau-SC, 1976.

— VII Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, como representante da Faculdade de

Direito da Universidade Federal de Sergipe — Universidade Federal do Maranhão — São Luís-MA, 1977.

— I Jornada Brasileira de Direito Processual — São Luís-MA, 1977.

— Seminário Nacional sobre Empresas Estatais, como representante da Universidade Federal de Sergipe — Universidade Católica de Minas Gerais/Fundação João Pinheiro — Belo Horizonte — MG, 1978.

— X Seminário de Assuntos Universitários, como representante da Universidade Federal de Sergipe — Conselho Federal de Educação Brasília-DF, 1978.

— VIII Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, promovido pela Universidade de Taubaté — Campos do Jordão-SP, 1979.

— I Encontro de Corregedores da Justiça — São Luís-MA, 1981.

— II Encontro de Corregedores da Justiça — São Paulo-SP, 1982.

— II Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça — Vitória-ES, 1985.

— III Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça — Teresina-PI, 1986.

— IV Encontro de Presidente de Tribunais de Justiça — Aracaju-SE, 1987.

— V Encontro de Presidentes de Tribunais de Justiça — Brasília-DF, 1987.

— Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, como representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe — Recife-PE, 1987.

## 6. Outras Atividades

### Trabalhos Publicados:

*Habeas Corpus*, 1950.

Da Competência Originária do Tribunal de Justiça em Habeas Corpus, 1968.

Embargos no Processo Penal, 1970. (Separata da Revista da Faculdade de Direito da UFS, nº 13.)

Discurso aos Bacharéis de Hoje, 1974.

Estudo sobre a Situação dos Auxiliares de Ensino da UFS, 1979.

Princípio da Independência e Harmonia entre os Poderes e suas Realidades e Tendências. (Monografia apresentada ao final do CSG - ESG), Rio de Janeiro, 1980.)

Conferências, Palestras e Exposições Proferidas:

A Independência e O Poder Judiciário, 1972, como parte do programa comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil, levado a efeito pelo Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Direito Autoral, 1973, no Festival de Arte de São Cristóvão-SE, promovido pela Universidade Federal de Sergipe.

Estrutura Constitucional do Direito Processual Penal, 1973, no I Seminário do Conhecimento Diversificado, promovido pela Associação A. Acadêmica da Faculdade de Direito da UFS.

Dos Recursos, 1974, no I Ciclo de Estudos sobre o Código de Processo Civil, promovido pela Associação dos Magistrados de Sergipe.

A Fazenda Pública no novo Código de Processo Penal, 1974, na Semana do Advogado, promovida pela OAB-SE.

Do Julgamento Antecipado da Lide, 1975, na Semana do Advogado, promovido pela OAB-SE.

Padronização, tema do Simpósio "Currículos no Ensino do Direito", realizado durante o V Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito, Guarapari-ES, 1975.

Observações sobre o novo Código de Processo Civil, 1975, no I Seminário de Estudos Jurídicos (SENERJ) — Faculdade de Direito da UFS.

Considerações sobre o Projeto de Código de Processo Penal, 1976, Faculdade de Direito da UFS.

Alguns Temas Controvertidos em Direito Processual Penal, 1977, na I Jornada Brasileira de Direito Processual — São Luis-MA.

Visão Panorâmica da Justiça Brasileira, 1977, no IV Ciclo de Estudos promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Delegacia de Sergipe.

Problemas da Ação Penal, 1978, na Semana do Advogado, promovida pela OAB-Seção de Sergipe.

Evolução do Direito Processual Penal, 1978, no Ciclo de Estudos em comemoração ao centenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Direito Autoral e Processo Penal, 1979, em Curso de Especialização, promovido pelo CN-DA, Brasília-DF.

O Advogado Gumerindo Bessa, 1979, na Semana do Advogado, promovida pela OAB-SE.

Conferencista no Ciclo de Estudos sobre a Reforma do Código de Processo Penal, 1981, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal (Brasília).

Princípios Fundamentais do Processo Penal, 1985, promovida pelas Faculdades Integradas Tiradentes, Aracaju-SE.

Tobias Barreto e o Direito, 1985, promovido pela Justiça Federal, Aracaju-SE.

Poder Judiciário, 1986, promovida pela OAB/SE, Aracaju.

Constituinte e Educação, 1986, promovida pelo Colégio Agrícola Benjamin Constant, São Cristóvão-SE.

Administração do Poder Judiciário, 1985, Teresina-PI.

Estudo Comparativo dos Recursos nos Códigos de Processo Penal Comum e de Processo Penal Militar, 1986, III Encontro de Direito Penal e Processual Militar — Fortaleza-CE.

O Advogado e sua Atividade, 1987, promovida pela OAB/SE, Aracaju.

## 7. Condecorações

Comenda Cônego Teófilo de Barros, da Fundação Educacional do Baixo São Francisco, Penedo — AL.

Medalha da Ordem do Mérito Serigy, no grau de Grã-oficial, Município de Aracaju — SE.

Medalha Mello Matos, da Associação Brasileira de Juizes e Curadores de Menores, 1985.

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Aperiipe, Estado de Sergipe, 1985.

Medalha Sócio Honorário Ministro Antônio de Souza Martins, Associação dos Magistrados Piauienses, 1986.

Medalha do Mérito dos Ex-Combatentes do Brasil, conferida pelo Conselho Nacional dos Ex-Combatentes, 1985.

Medalha Francisco Xavier dos Reis Lisboa, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, 1987.

Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Acre, 1988.

## 8. Outros Títulos

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Sócio Efetivo do Instituto Sergipano de Direito do Trabalho.

Sócio Honorário da Sociedade Brasileira de Direito Criminal — SP.

Patrono da Turma 1973 de Bacharéis em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Paraninfo da Turma 1974 de Bacharéis em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Integrou, por unanimidade de votos do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, lista tríplice para acesso por merecimento ao mesmo Tribunal, 1975.

Paraninfo da Turma 1975 (primeiro semestre) de Bacharéis em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Membro da Academia Sergipana de Letras.

Diploma do patrono da I Jornada Odontológica de Sergipe, 1978.

Paraninfo da Turma 1978 (primeiro semestre) de Bacharéis em Direito do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UFS.

Paraninfo da Turma 1978 (primeiro semestre-Estância) do Curso Licenciatura de Primeiro Grau em Ciências, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UFS.

Cidadão Aracajuano, Câmara Municipal de Aracaju, 1984.

## O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Não há mais oradores inscritos.

A Presidência lembra aos Srs. Senadores que comparecerá ao Senado, no dia 23 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Minas e Energia, Dr. Vicente Fialho, atendendo à convocação feita através do Requerimento nº 7, de 1989.

De acordo com o disposto no art. 419, letra "e", do Regimento Interno, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

As inscrições para interpelações ao Sr. Ministro estão abertas na Secretaria Geral da Mesa.

## O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

## O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ROBERTO CAMPOS NA SESSÃO DE 4-5-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou apresentando ao Senado Federal três projetos de lei. No primeiro visa-se a criar um método ágil de privatização de empresas cronicamente deficitárias.

Como é sabido, as empresas governamentais dividem-se em duas grandes categorias: as rentáveis, que devem ser privatizadas por venda ao setor privado. Há, de outro lado, as empresas não rentáveis, cronicamente deficitárias, que se subdividem, por sua vez, em dois grupos: as que operam em serviços públicos básicos, como, por exemplo, transporte de massas, em relação às quais a tolerância de déficit é uma prática quase universal.

Há, entretanto, empresas cronicamente deficitárias que operam no setor competitivo da economia. E aí há que acabar, de uma vez por todas, com o desperdício da cobertura de déficit. Para isso, imaginamos duas soluções de resultados imediatos — uma, para as empresas recuperáveis; e, outra, para as irre recuperáveis.

O exame individual das sociedades para se verificar em que categoria se enquadraria cada uma delas poderia atrasar bastante o processo. Por isso, recorreu-se a um critério sumário, porém efetivo: o julgamento daqueles que trabalham na empresa. Se estes aceitarem receber as ações em doação para, daí por diante, terem vida própria, sem paternalismo governamental, é porque consideram a empresa recuperável, em caso contrário, ela deve ser liquidada. Na primeira hipótese, as empresas recuperáveis, que, pelo critério seguido, são aquelas cujos empregados receberam as ações em doação, surge logo uma vantagem: a privatização se faz sem desemprego. Na sequência dos fatos, a sociedade passará a ser dirigida pelos administradores e técnicos mais capazes de seus quadros, eventualmente reforçados por algum elemento de fora. Isso em vez do recrutamento político e do filhoteísmo.

Por outro lado, os empregados passarão a encarar a companhia como sócios, zelando pela conservação, o consumo de material, bem como a utilização de serviços e não exagerando as reivindicações salariais utilitárias ou mordomescas. Na pior das hipóteses, se verificarem que não será possível levar adiante a administração da empresa, procurarão vendê-la ou liquidá-la e o farão com maior eficiência e rapidez que as demonstradas pelo Governo até o presente. E certamente, mesmo nessa situação mais desfavorável, acabarão recebendo maior importância que a da indenização trabalhista.

No caso da liquidação, essa será irreversível, desde que seja constituída a COLIDE, uma empresa cujo capital será integralizado com o ativo permanente das empresas liquidandas.

Terminado o processo, terão desaparecido todas as empresas deficitárias irrecuperáveis. O passivo trabalhista delas terá sido pago em dinheiro, o passivo não trabalhista liquidado em ações da COLIDE, e, ao invés das empresas estatais, terá surgido uma companhia privada — COLIDE —, cujos acionistas serão os credores não trabalhistas das sociedades liquidandas.

Seus acionistas possivelmente farão cisões regionais, setoriais, ou por qualquer outro critério, para tornar a empresa mais administrável, ou promoveriam, em último caso, sua liquidação. De qualquer maneira, ficarão em condições melhores do que se concorressem a uma massa falida ou a uma concordata de baixa recuperação.

Complementarmente a esse projeto, está sendo apresentado um outro que flexibiliza os contratos de trabalho, com vistas a minimizar situações de desempregos porventura resultantes do esforço de saneamento financeiro, e restauração da viabilidade econômica das empresas.

Um segundo projeto, Sr. Presidente, se refere à implantação da livre negociação salarial. Excetuado o salário mínimo, cuja fixação é prevista no art. 7º, item VI, da Constituição Federal, os demais níveis salariais deveriam ser objeto de livre negociação entre empregadores e empregados; isso é uma decorrência natural da abertura econômica, que deveria seguir paralelamente à abertura política, quando no momento atual vem-na acompanhando com decalagem muito maior do que seria desejável.

A livre negociação se justifica também, porque nenhuma fórmula salarial genérica pode fazer justiça à enorme diversidade das situações individuais das empresas; elas variam em dimensão, em produtividade, em conjuntura de mercado e, sobretudo, a participação da mão-de-obra na formação do produto.

Algumas empresas, no regime de livre negociação, preferirão acordar com seus empregados benefícios não salariais, como participação nos lucros ou bônus de produtividade.

A tentativa de aplicar fórmulas genéricas, inadaptadas às situações concretas das empresas, pode gerar o desemprego, estimular a remarcação de preços ou provocar a fuga das empresas para a economia informal, onde não são vigentes os direitos trabalhistas.

É preciso, em suma, Sr. Presidente, reconhecer a impossibilidade de se revogar a lei da oferta e da procura no mercado de trabalho. Se as fórmulas salariais refletirem as realidades do mercado, elas serão desnecessárias, pois o mercado as praticará, se forem realistas, o ajuste se fará, ou através do repasse aos preços, o que anularia o aumento salarial, ou através do desemprego, equivalente — este, sim — ao salário zero.

Este é o propósito do projeto de lei que institui a livre negociação salarial.

O terceiro projeto, Sr. Presidente, ligado ao projeto de privatização, visa, a par de ensejar uma melhoria de produtividade da economia, facilitar a absorção de excedentes de mão-de-

obra até que eles possam ser reabsorvidos pela expansão econômica.

Em face da elevação geral de custos em nossa conjuntura, mesmo as empresas rentáveis terão de recorrer a processos de racionalização, mecanização e informática, acarretando uma redução de pessoal.

As empresas deficitárias recuperáveis, para ficarem rentáveis, necessitarão de uma apreciável diminuição de custos que, em parcela ponderável, decorrerá de dispensas.

A liquidação das empresas deficitárias irrecuperáveis, por sua vez, deixará também um excedente de mão-de-obra.

Por todos estes motivos, são aconselháveis medidas que forneçam uma alternativa construtiva à simples dispensa de pessoal.

O projeto que apresento, Sr. Presidente, visa evitar desempregos desnecessários, o que se consegue para os técnicos dos quais essas companhias não se queiram desvincular com figura da disponibilidade remunerada. E para quaisquer categorias de empregados com a redução da jornada semanal de trabalho, mantido o salário unitário.

Desde que a alternativa seria a dispensa de empregados, que ficariam com o salário zero do desemprego, não existem incompatibilidades com o art. 7º, item VI, da Constituição Federal, sobre irredutibilidade de salários. Esta irredutibilidade obviamente se refere ao salário dos que estão trabalhando.

O projeto em questão visa a facilitar a preservação de alguma remuneração para aqueles que as empresas teriam de desempregar, por imposição da conjuntura de negócios. O empregador assume, então, o encargo unilateral, na esperança de que melhorem as finanças da empresa, sem inibir a liberdade do empregado para aproveitar outras oportunidades de emprego que venham a surgir.

Por outro lado, Sr. Presidente, mister se faz auxiliar os desempregados, o que atualmente é realizado com o sistema assistencial. A este é preciso acrescentar à fórmula tradicional adotada nos países avançados, o seguro-desemprego, de caráter social, mas que no projeto se propõe seja delegável às seguradoras privadas.

Além disso, o problema será criar novos empregos. As fórmulas definitivas para isso serão o crescimento econômico e a transformação da economia oculta em economia aparente, o que decorrerá principalmente de uma revisão tributária menos onerosa com alíquotas mais suportáveis.

Entretanto, algumas modalidades poderão ser usadas desde logo. Em primeiro lugar, o estabelecimento de condições que permitam e encorajem as aposentadorias, originando vagas; em segundo lugar, a criação de empregos simplificados, objetivando atividades predominantemente sazonais e tarefas de curto e médio prazos, mas que sirvam também para serviços de menor responsabilidade, facilitando as contratações do empregador.

São estes, Sr. Presidente, os projetos que tenho a honra de submeter a esta Casa. (Muito bem! Palmas.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MANSUETO DE LAVOR NA SESSÃO DE 16-5-89 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

#### O SR. MANSUETO DE LAVOR —

(PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, é verdade que a tarde de hoje foi quase toda tomada, nos debates, pela questão acreno-rondoniense. É preciso apenas lembrar, a título de contribuição aos eminentes companheiros de ambos os Estados, que a Assembléia Nacional Constituinte determinou a criação de uma Comissão de Estudos Territoriais (art. 12 das Disposições Transitórias) para que, dentro de um prazo que estabeleceu, se fixassem, em caráter definitivo, esses limites. Creio que a solução está não na força, não nas armas, mas dentro deste próprio Congresso, determinada pela Assembléia Nacional Constituinte. Que esta Comissão de Divisão e Fixação de Fronteiras e Divisas entre os Estados funcione, e possa resolver, em caráter prioritário, essa pendência entre os Estados do Acre e de Rondônia. E se dois Estados e dois Governos brigam por um pedaço de terra, calculem os seringueiros, os sem-terra, os trabalhadores rurais daquela região...

Sr. Presidente, o meu pronunciamento não é sobre esta questão regional, é sobre o momento nacional.

No momento em que ultrapassamos, na contagem regressiva, a marca dos seis meses que antecedem o primeiro turno das eleições presidenciais deste ano, impõe-se que façamos uma reflexão sobre a atualidade brasileira e as alternativas que se abrem para o futuro.

De nossa parte, entendemos que os traumas e frustrações acumulados ao longo de quatro anos e meio desta impropriamente chamada Nova República — que, além de alguns avanços institucionais que viriam a ser consolidados pela Constituinte e de resto inerentes à quadra histórica em que vivemos, pouco ou nada fez — não devem servir de desestímulo ao tempo de libertação que poderá estar próximo, se tivermos sensibilidade e competência para enfrentar os desafios.

A destacar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a realidade de incômoda e preocupante do visível desencanto do povo com a situação à que chegamos e que atinge, em maior ou menor grau, mas de qualquer forma atinge, os Poderes da República e aqueles que o integram em seus diferentes escalões. Em momento algum de nossa História temos visto um Chefe de Governo com menor credibilidade do que o Presidente José Sarney. E também aí estão as pesquisas de opinião pública a demonstrar que este descrédito também nos atinge enquanto integrantes do Poder Legislativo. Uma situação que não é substancialmente diversa, no que diz respeito ao conceito das Forças Armadas e do empresariado, a nível de opinião pública.

Se para a configuração deste quadro houve culpas efetivas, em alguns casos, e mera manipulação desta mesma opinião pública, em outras, isto tem uma importância que deverá ser levada em conta pelas distorções ainda existentes na estrutura de comunicação social em nosso País e que foram assinaladas de maneira precisa pela CNBB na Campanha da Fraternidade deste ano de 1989. Este é um aspecto importante a ser avaliado em toda sua extensão e profundidade, ainda que não seja este momento, pois pretendemos desenvolver, ainda que sucintamente, uma visão mais abrangente da conjuntura. Seja como for, o complexo de comunicação social reflete, bem ou mal, com nitidez ou com borrões, um quadro social, político e econômico que todos nós sabemos ser extremamente negativo neste momento.

Gostaríamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de destacar que o agravamento das tensões sociais sob o atual pacto de poder, em que as elites uma vez mais impuseram sua hegemonia em detrimento dos interesses nacionais, o vazio dos *slogans* no estilo do "tudo pelo social", evidência, de forma aguda e por isso mesmo dramática, a falta de planejamento econômico, o primado da improvisação, tudo isso resultando no pior relacionamento entre capital e trabalho nas últimas décadas. Não será estranhável, a partir desta constatação linear, o surto de greves que, longe de ser causa, por mais desconforto que possam causar à população, constitui mero efeito do desregramento da economia. Um exemplo tem sido citado com alguma frequência, o do símile entre as situações do Brasil e da Argentina. A euforia seguida da depressão e do desencanto, lá e cá, com os Planos Austral I e II, Cruzado I e II, Primavera lá, Verão cá. Preocupa-nos, por certo, a situação do país vizinho e irmão, mas não nos cabe adentrar em suas questões internas.

Registre-se apenas que a Argentina, em termos políticos, avançou com a eleição do sucessor civil do Presidente Alfonsín, um candidato de oposição, mas que, logo após sua eleição, proclamou aquela nação-irmã um pacto, um entendimento de toda a nação para a superação de sua crise social, econômica, financeira e política.

No caso brasileiro, no entanto, é preciso darmos um basta às medidas cosméticas que jamais funcionaram nos setores econômico e financeiro, senão por prazos extremamente curtos. E é por demais evidente que estes planos estão estreitamente ligados à perda do poder aquisitivo e, conseqüentemente, da qualidade de vida de parte substancial da população. Isto quer dizer que caminhamos a passos firmes rumo ao agravamento das desigualdades sociais, à exacerbação das contradições de nossa sociedade, que jamais perdeu, de fato, plenamente o componente feudal e escravagista de seus primórdios, em que pesem os avanços formais da atual Constituição.

A todos esses fatos do cotidiano, e este é um cotidiano que se vem repetindo por

anos a fio, numa dramática repetição das mazelas nossas de cada dia, não se pode deixar de agregar dois parâmetros de relevância capital: a crise moral em que o País mergulhou, com descrédito envolvendo as instituições e os governantes, os Senadores, os Deputados, os políticos e o homem público, em geral, e a falta de um projeto político consistente, capaz de definir rumos e perseguir-lós. Tudo ou quase tudo se faz ao sabor das conveniências de pessoas ou de grupos, com a impunidade se fazendo presente e prestando decisiva colaboração no processo de sucateamento da ética como norte da vida pública e da vontade nacional, como alavanca de mudanças de comportamento e de estruturas.

Aos companheiros de Senado que nos honram, neste fim de tarde, com sua atenção neste momento, gostaríamos de dizer ainda, nestas breves considerações, que, com resultante deste quadro de desajustes de toda sorte, criam-se as condições propícias ao aventureirismo político e eleitoral. A exploração das emoções, a manipulação da psicologia das multidões pela via das mais sagazes técnicas de *marketing*, o oferecimento do produto com o qual o eleitor sonha, mas que não se reveste necessariamente das qualidades que lhe são atribuídas, tudo isso representa um risco ao caminho efetivo da consolidação democrática. Esta passa pela organização popular em suas múltiplas formas e tem nos partidos políticos referencial indispensável.

Estes descaminhos que enfrentamos poderão atingir um paroxismo capaz de atrasar de maneira dramática o avanço institucional em que nos vimos empenhando; mas também existe a possibilidade, e estamos convencidos de que todos nós, independentemente de nossas visões programáticas ou ideológicas podemos trabalhar neste sentido, existe a possibilidade, dizíamos, de nos empenharmos em defesa dos valores indissociáveis da liberdade e da efetiva democracia, daquela democracia libertária e fraterna que nunca chegamos a viver realmente entre nós. Estas não são palavras, esperamos, destinadas a cair no vazio ou a ficar sepultadas nos Anais desta Casa. Às nossas lideranças, com expressões maiores das correntes de pensamento e da maneira pela qual estas se projetam nos partidos políticos, cabe encontrar os níveis de comportamento e de convivência capazes de assegurar a difícil travessia até à eleição e posse do futuro Presidente da República. Aos responsáveis maiores pelos partidos ditos progressistas, aqueles que lutam ou dizem lutar por transformações estruturais de nossa sociedade, aqueles que, respeitadas as respectivas peculiaridades, buscam um projeto para o País, onde a ruptura do modelo de desenvolvimento econômico dependente seja um ponto de referência, está reservado um desafio a mais: evitar a exacerbação da luta interna entre aqueles que lutaram juntos pelo restabelecimento da democracia no País, pois, se assim não for, estarão, consciente ou inconscientemente, fazendo o jogo dos opressores de onde hoje; não confundir as divergências de posição diante de alguns dos problemas nacionais

como o caminho aberto à inimizade política ou pessoal e o fechamento de perspectivas para acordos futuros que fazem parte da existência da política.

Tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-nos fundamental, se quisermos resgatar o Brasil para o seu povo, se não estivermos preocupados em continuar compondo e cedendo aos interesses de uma elite frequentemente descompromissada com os valores maiores da nacionalidade. Todos estes questionamentos terão que ser feitos, pois eles serão da maior importância para o jogo democrático que estamos praticando. Tanto para uma correta postura das forças políticas em geral e entre os aliados em potencial na campanha eleitoral já em curso, quanto para as alianças que haverá de formar para a disputa do segundo turno, presumivelmente nos primeiros dias de dezembro. Não estão em causa meros formalismos, mas a essência mesmo daquilo que um partido político tem como sua razão de ser, que é a captação dos anseios populares e a luta para transformá-los em realidade, à luz do seu programa, dentro dos preceitos da ética, do trabalho e da competência. Ou faremos isto de maneira rápida e conseqüente ou desencanto que se apossou do povo nos arrastará a todos pelos caminhos do imponderável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos convencidos de que o desafio, por maior que seja, ainda pode ser vencido.

Para isso é preciso que o País se una naquilo que é indispensável para a sua sobrevivência e para a consolidação da transição democrática. O objeto desta nossa tarefa é, sim, o pacto antiterror, proposto por um dos presidentes, e eminente Deputado Federal, candidato do Partido Comunista Brasileiro, Roberto Freire. E mais urgente que o pacto antiterror, devemos propor o pacto antiarrancho salarial, antiopressão do povo, anticentralização exorbitante do poder econômico e das rendas; mais distribuição de renda, mais democracia econômica, para assegurar a nossa democracia política.

- Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 154, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.192/89-7,

Resolve autorizar a contratação, sob regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do Senhor JOSÉ RAMALHO DURNETT DA SILVA, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 12 de abril

de 1989, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Castelo.

Senado Federal, 22 de maio de 1989. — Senador *Iram Saraiva*, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

#### COMISSÃO DIRETORA

##### **Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de maio de 1989**

Às quinze horas do dia dezoito de maio de um mil novecentos e oitenta e nove, na Sala de Reuniões da Presidência, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Iram Saraiva, Primeiro Vice-Presiden-

te, no exercício da Presidência, Alexandre Costa, Segundo Vice-Presidente, Divaldo Suruagy, Segundo-Secretário, Pompeu de Sousa, Terceiro-Secretário, Antônio Luiz Maia e Aureo Mello, Suplentes. Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Excelentíssimos Senhores Senadores Nelson Carneiro, Presidente, Mendes Canale, Primeiro Secretário, e Louremberg Nunes Rocha, Quarto Secretário.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da reunião e, a seguir, submete aos presentes proposta de Ato da Comissão Diretora que reajusta os valores dos subsídios e da representação dos Senadores, em 64,24% (sessenta e quatro vírgula vinte e quatro por

cento), a partir de 1º de janeiro de 1989, e revoga o Ato do Presidente nº 001/89.

A matéria, após amplamente discutida, é aprovada, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

Nada mais havendo a tratar, às dezesseis horas, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, pelo que eu, José Passos Pôrto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente vai à promulgação.

Sala da Comissão Diretora, 18 de maio de 1989. — Senador *Iram Saraiva*, Presidente, em exercício.